

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 018/2021
Data: 29/01/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
BR DO MAR DEVE VIRAR REALIDADE NESTE SEMESTRE.....	4
REVISÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO SERÁ FEITA AINDA NESTE TRIMESTRE, DIZ PILONI	4
UNIÃO BUSCA SOLUÇÃO PARA ACESSO FERROVIÁRIO	5
REVISÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO SERÁ FEITA AINDA NESTE TRIMESTRE, DIZ PILONI	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
PRÓXIMA ROD SERÁ DIA 3 DE FEVEREIRO. INTERESSADOS PODERÃO FAZER SUSTENTAÇÃO ORAL.....	7
DIRETOR-GERAL DA ANTAQ PARTICIPA DE WEBINAR SOBRE PERSPECTIVAS PARA O SETOR PORTUÁRIO	8
PORTAL PORTO GENTE	9
AZUL ADESIVA AERONAVES PARA PROMOVER O TURISMO DOMÉSTICO	9
TJ-RORAIMA INVESTE EM SEGURANÇA DURANTE A PANDEMIA, COM INOVAÇÃO DE CÂMERAS TÉRMICAS DA SONDA	10
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
PORTO DE SANTOS: CONTÊINER SE RECUPERA E FECHA EM DEZEMBRO DE 2020 COM ALTA DE 20%, RECORDE HISTÓRICO ...	11
SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS PARTICIPA DE WEBINARES SOBRE PERSPECTIVAS PARA O SETOR EM 2021	13
COMBATE AO COVID, MOBILIDADE, SANEAMENTO E EMPREGOS: OS DESAFIOS DO CONDESB	13
TCP MOVIMENTA QUASE 40% DA RESINA VEGETAL PRODUZIDA NO BRASIL.....	15
CODESA – AUDIÊNCIA PÚBLICA CONFIRMADA PARA O DIA 04	15
CETESB – ESPECIALISTAS DEBATEM NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO	16
ISTOÉ - DINHEIRO	17
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL CRESCERAM 52,71% DE 2010 A 2020, DIZ ANP.....	17
EUA DEVEM ATUAR “AGORA” E ADOTAR UM PLANO DE REATIVAÇÃO, REITERAM BIDEN E YELLEN	18
ANP LIBERA ENTRADA DE NOVOS TIPOS DE QUEROSENE DE AVIAÇÃO NO PAÍS	18
GOVERNO MULTA BRF EM R\$ 5,3 MI POR VIOLAR CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	19
EPOCA NEGÓCIOS	20
MOURÃO DEFENDE BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA EM REUNIÃO COM INVESTIDORES INTERNACIONAIS	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	20
ESTUDO APONTA “NOVO PRÉ-SAL” NA BACIA DO PARÁ-MARANHÃO COM 30 BILHÕES DE BARRIS	20
MOVIMENTO POR GREVE DE CAMINHONEIROS NÃO É PROBLEMA DA PETROBRAS, DIZ CASTELLO BRANCO	22
UE COBRA MAIOR CONTROLE EMPRESARIAL DE IMPACTOS À BIODIVERSIDADE	25
JAPÃO CALCULA QUE TRANSIÇÃO PARA ECONOMIA VERDE TERÁ IMPACTO DE US\$ 190 BILHÕES	26
PETROBRAS VAI FORNECER GÁS NATURAL PARA AS FÁBRICAS DE FERTILIZANTE DE BAHIA E SERGIPE	27
MERCADO DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA VAI DESLANCHAR, MAS TRIBUTAÇÃO É EMPECILHO, DIZ DIRETOR DA BYD NO BRASIL	28
JORNAL O GLOBO – RJ	29
GOVERNO QUER QUE VENCEDORAS DE LEILÃO 5G CRIEM REDE DE SEGURANÇA PARA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	29
FRANÇA NÃO VAI APROVAR O ACORDO UE-MERCOSUL SEM TER GARANTIA CONTRA O DESMATAMENTO	31
CRISE ELIMINA 30% DOS POSTOS DE TRABALHO EM BARES E RESTAURANTES DO RIO	32
DÓLAR FECHA A R\$ 5,47 E BOLSA CAI 3,2%, MAIOR QUEDA DIÁRIA DESDE OUTUBRO.....	32
CHECK-UP ANTES DO CHECK-IN: EINSTEIN INAUGURA CLÍNICA NO AEROPORTO DE GUARULHOS, O NOVO FILÃO DA SAÚDE PRIVADA	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
FIM DE AÇÕES TRABALHISTAS PERMITE O PAGAMENTO DE R\$ 30 BI EM DÍVIDAS EM 2020	37
ANEEL MANTÉM BANDEIRA AMARELA EM FEVEREIRO E CONTA DE LUZ CONTINUA COM TAXA ADICIONAL	38
GOVERNO MULTA BRF EM R\$ 5,4 MILHÕES POR EXTRAPOLAR LIMITE DE ÁGUA EM ALIMENTOS	38
PRESERVAR O TETO É ESSENCIAL PARA CREDIBILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS, DIZ DIRETOR DO FMI	39
VALOR ECONÔMICO (SP)	42
EUA EM NOVA CÚPULA DO CLIMA, DIZ CASA BRANCA	42
GREVE DOS CAMINHONEIROS NO DIA 1º DE FEVEREIRO DEVE ACONTECER COM CATEGORIA DIVIDIDA.....	43
RODOVIAS E GOVERNO PAULISTA VIVEM NOVO EMBATE.....	43
PAULO GUEDES CANCELA PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL.....	46
ANGLO AMERICAN INVESTE PARA ELEVAR PRODUTIVIDADE EM MINÉRIO	46



DIÁRIO DO NORDESTE - CE.....	47
PORTO DO PECÉM: ESCANEAMENTO DE CARGAS CRESCE 30% E APREENSÃO DE DROGAS AUMENTA 114 %, EM 2020.....	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	49
MINFRA DEVE ABRIR EDITAL PARA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO AINDA ESTE ANO.....	49
ROAD SHOW APRESENTA PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DA CODESA A POTENCIAIS INVESTIDORES E SETOR PRODUTIVO	50
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	50
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	51



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

BR DO MAR DEVE VIRAR REALIDADE NESTE SEMESTRE

O projeto de lei 4.199/2020 institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem. Agora, ele precisa ser apreciado pelos senadores e, depois, segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro
Por Fernanda Balbino

O programa BR do Mar, de incentivo à cabotagem, deve ser implementado ainda neste semestre. Esta é a previsão do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni. Ele participou, nesta quinta-feira (28), da 1ª edição do Webinar Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna no Dia do Trabalhador Portuário. O secretário afirma que técnicos da pasta já iniciaram discussões com os senadores que deverão apreciar o projeto no próximo mês.

O projeto de lei 4.199/2020, aprovado pela Câmara dos Deputados, institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem. Agora, ele precisa ser apreciado pelos senadores e, depois, segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Piloni, os parlamentares sabem do senso de urgência que o projeto precisa. E a expectativa é de que haja uma discussão célere.

“O que a gente teve na Câmara (dos Deputados) foi algo absolutamente natural, não teve nada de tão surpreendente. É um tema complexo de entendimento, afeta a vida de muitas pessoas, muitos grupos econômicos, sindicatos de trabalhadores marítimos, portuários. Naturalmente, o local de debate é o Congresso Nacional”, afirmou.

Piloni também acredita que os senadores não devem alterar questões relacionadas ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Trata-se do benefício fiscal criado para incentivar o investimento em modernização e ampliação do setor portuário.

O Reporto, que perdeu a validade em 31 de dezembro, deverá ser prorrogado por mais um ano através do projeto BR do Mar.

“Entendo que haverá, sim, a aprovação desse ponto bastante discutido na Câmara. O governo tem perspectiva de votação de reforma tributária. Tendo em vista essa questão, o Reporto, por ser um programa de incentivo, havia percepção que isso poderia estar jogando contra o esforço da reforma tributária. Acho que os parlamentares foram muito sábios por atribuírem prorrogação por curto período. Considerando ser uma proposta branda, equilibrada, entendo eu que deve ser aprovado no âmbito do Senado”.

*Fonte : A Tribuna Digital - SP
Data : 29/01/2021*

REVISÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO SERÁ FEITA AINDA NESTE TRIMESTRE, DIZ PILONI

Secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários vê a questão como complexa, principalmente porque envolve diversos órgãos, entre eles os de controle, como o Tribunal de Contas da União

Por Fernanda Balbino

Terminais do Porto de Santos solicitaram ao Governo Federal uma revisão dos contratos de arrendamento que são corrigidos através do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M). O motivo é

a alta variação do indicador em 2020. A questão está em discussão no Ministério da Infraestrutura e a previsão é de que uma solução saia ainda neste trimestre.

O tema foi abordado pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni. Ele participou, nesta quinta-feira (28), da 1ª edição do Webinar Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna no Dia do Trabalhador Portuário.

No ano passado, o IGP-M cresceu 23,14%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu apenas 4,52%. O primeiro indicador é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), enquanto o segundo é de responsabilidade do IBGE.

Segundo Piloni, dos cerca de 200 contratos de arrendamentos portuários, cerca de 100 são corrigidos pelo IGPM. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, a variação do índice pode causar impactos diretos na receita das empresas do setor. “Solicitamos revisão desse índice no ano passado em função da distorção. Gerará graves problemas futuros”.

Para Piloni, a questão é complexa, principalmente porque envolve diversos órgãos, entre eles os de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o executivo, “2020 ponto fora da curva” por conta dos impactos econômicos causados pela pandemia da covid-19.

Desde que recebeu o pedido, a Secretaria de Portos iniciou uma prospecção com outros setores de infraestrutura para avaliar a forma de correção de contratos de concessão. “Majoritariamente, os contratos mais novos, mais modernos não têm adotados mais a atualização pelo índice do IGPM”, destacou Piloni.

Porém, o TCU ainda precisa ser consultado sobre a questão. “De fato, não faz sentido que índice gere vantagem para qualquer parte. O índice de atualização tem que ser justo, não há efeito de beneficiar. O índice que gera benefício ou prejuízo não está adequado à realidade da melhor prática de gestão de contratos”, destacou o secretário

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 29/01/2021

UNIÃO BUSCA SOLUÇÃO PARA ACESSO FERROVIÁRIO

Secretário Nacional de Portos que ampliar capacidade de trecho férreo para evitar gargalo no transporte de carga ao cais santista

O Governo Federal pretende reformular a política marítima nacional para os próximos 30 anos. Para isto, criou um grupo de trabalho que reúne 16 órgãos, entre eles a Marinha do Brasil e os ministérios da Infraestrutura e da Economia. Entre os planos, está a integração de regras e ações relacionadas ao uso do mar no País.

O Brasil conta com uma política marítima nacional desde 1994. Agora, o plano do governo é atualizá-la, refletindo as aspirações brasileiras para o mar pelas próximas três décadas. Propor procedimentos para a implementação da nova política integrada e avaliar formas de financiamento para as novas diretrizes também estão entre os objetivos.

As informações referentes ao plano constam do Decreto nº 10.607, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro na última sexta-feira. O documento reúne os órgãos que irão participar dos trabalhos.

Além das pastas da Economia e da Infraestrutura, o grupo será composto pelos ministérios das Relações Exteriores, do Turismo, do Desenvolvimento Regional, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), entre outros.

Segundo a Marinha, que será responsável pela coordenação dos trabalhos, os estudos já foram iniciados de maneira preliminar. “A política marítima nacional em vigor apresenta objetivos para

orientação do setor marítimo, mas que, passados mais 26 anos de sua publicação, precisam ser atualizados. Os estudos necessários para essa atualização serão iniciados após a indicação dos membros pelos titulares dos órgãos componentes do grupo e designação em ato oficial do ministro da Defesa”.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, um dos elementos da política marítima nacional envolve os transportes aquaviários. “Portanto, reformulações feitas poderão trazer algum tipo de impacto na navegação e nas operações portuárias. Como ainda não há indicação sobre as alterações na política, fica prejudicada a possibilidade de avaliação sobre quais impactos podem ocorrer”.

Novas regras

Segundo o decreto, o grupo interministerial também tem o objetivo de definir os objetivos e a prioridade para cada segmento envolvido na atividade marítima, assim como elaborar as propostas de atos e os instrumentos normativos necessários à implementação das novas normas.

Os trabalhos do grupo terão duração de um ano, mas podem ser prorrogados por igual período.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 29/01/2021

REVISÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO SERÁ FEITA AINDA NESTE TRIMESTRE, DIZ PILONI

Secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários vê a questão como complexa, principalmente porque envolve diversos órgãos, entre eles os de controle, como o Tribunal de Contas da União

Por Fernanda Balbino

Terminais do Porto de Santos solicitaram ao Governo Federal uma revisão dos contratos de arrendamento que são corrigidos através do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M). O motivo é a alta variação do indicador em 2020. A questão está em discussão no Ministério da Infraestrutura e a previsão é de que uma solução saia ainda neste trimestre.

O tema foi abordado pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni. Ele participou, nesta quinta-feira (28), da 1ª edição do Webinar Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna no Dia do Trabalhador Portuário.

No ano passado, o IGP-M cresceu 23,14%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu apenas 4,52%. O primeiro indicador é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), enquanto o segundo é de responsabilidade do IBGE.

Segundo Piloni, dos cerca de 200 contratos de arrendamentos portuários, cerca de 100 são corrigidos pelo IGPM. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, a variação do índice pode causar impactos diretos na receita das empresas do setor. “Solicitamos revisão desse índice no ano passado em função da distorção. Gerará graves problemas futuros”.

Para Piloni, a questão é complexa, principalmente porque envolve diversos órgãos, entre eles os de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o executivo, “2020 ponto fora da curva” por conta dos impactos econômicos causados pela pandemia da covid-19.

Desde que recebeu o pedido, a Secretaria de Portos iniciou uma prospecção com outros setores de infraestrutura para avaliar a forma de correção de contratos de concessão. “Majoritariamente, os contratos mais novos, mais modernos não têm adotados mais a atualização pelo índice do IGPM”, destacou Piloni.

Porém, o TCU ainda precisa ser consultado sobre a questão. “De fato, não faz sentido que índice gere vantagem para qualquer parte. O índice de atualização tem que ser justo, não há efeito de

beneficiar. O índice que gera benefício ou prejuízo não está adequado à realidade da melhor prática de gestão de contratos”, destacou o secretário.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 29/01/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PRÓXIMA ROD SERÁ DIA 3 DE FEVEREIRO. INTERESSADOS PODERÃO FAZER SUSTENTAÇÃO ORAL

Reunião começará a partir das 9h

AANTAQ realizará a 494a Reunião Ordinária de Diretoria por meio de videoconferência. Será no dia 3 de fevereiro a partir das 9h. Os interessados poderão fazer sustentação oral.

Sustentação Oral

REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA SUSTENTAÇÃO ORAL NAS REUNIÕES DA DIRETORIA COLEGIADA

Nas reuniões de Diretoria Colegiada por videoconferência será facultada a participação das partes e/ou interessados, em causa própria ou representados por seus procuradores devidamente constituídos, a fim de sustentarem oralmente suas razões.

Não se aplica sustentação oral para os seguintes casos:

- Processos normativos; e
- de Medida Cautelar.

Requisitos:

- Preenchimento do formulário localizado ao final da página;
- Envio de documento de identificação (RG/OAB) para o e-mail: capa@antag.gov.br;
- Envio de procuração/substabelecimento, conforme o caso, para o e-mail: capa@antag.gov.br;
- O preenchimento do formulário e envio dos documentos deverão ser feitos com antecedência mínima de 24 horas úteis (horário de Brasília) da reunião na qual o processo está pautado. Solicitações efetuadas após esse prazo não serão consideradas.

O requerente que for parte no processo terá direito a sustentação oral mediante cumprimento dos requisitos citados acima.

O requerente que, sem ser parte no processo, tenha direito ou interesse que possa ser afetado pela decisão a ser adotada, poderá solicitar sustentação oral, desde que justificada, sujeita ao deferimento do Relator.

A sustentação oral se dará de duas maneiras:

- Por meio de um convite (link), que será enviado para o e-mail cadastrado, quando da deliberação da matéria de interesse, sendo suficiente clicar no botão ingressar para poder participar; ou
- De forma presencial, na sede da Antaq, onde será disponibilizado ambiente dedicado para realização desta finalidade.

Importante:

- O habilitado disporá do tempo máximo 10 minutos para efetuar sua sustentação;
- A palavra será concedida ao habilitado somente após a leitura do relatório do processo para o qual houve o pedido de sustentação oral;
- A sustentação oral deverá se restringir ao processo que a originou;



- Na leitura dos itens de cada relatoria, os processos listados para sustentação oral terão preferência, conforme parágrafo único do art. 12 da Resolução nº 7.701-ANTAQ. Desta forma, é recomendável que o habilitado acompanhe atentamente a reunião;
- O deferimento de sustentação oral em processo pautado em Reunião Virtual, implicará na sua retirada de pauta e, por consequência, na inclusão na próxima reunião por videoconferência, conforme inciso III do art. 16 da Resolução nº 7.701-ANTAQ;
- O pedido de sustentação oral tem validade somente na reunião para qual foi solicitado;
- O formulário estará disponível com a publicação da pauta da próxima reunião e será retirado quando finalizado o prazo para solicitação de sustentação oral;
- Demais esclarecimentos poderão ser feitos pelo whatsapp, por meio do nº (61) 2029-6515.

As regras para sustentação oral estão estabelecidas no art. 32 da Resolução nº 7.701-ANTAQ.

<http://sophia.antaq.gov.br/terminal/acervo/detalhe/26633?guid=4aa3b207b687ef581f3e&returnUrl=%2fterminal%2fresultado%2flistarlegislacao%3fguid%3d4aa3b207b687ef581f3e%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d26633%2326633&i=1>

Acesse aqui : FORMULÁRIO DE SUSTENTAÇÃO ORAL

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSceEjod8XUd-lhQukvEJukPsWCSxAqtZaFv3N899lcklY9zQ/viewform>

—Relação dos habilitados para a próxima reunião—

Habilitações anteriores: Acesse aqui

<https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/habilitados-para-sustentacao-oral>

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 29/01/2021

DIRETOR-GERAL DA ANTAQ PARTICIPA DE WEBINAR SOBRE PERSPECTIVAS PARA O SETOR PORTUÁRIO

Eduardo Nery enalteceu o programa de arrendamentos portuários e defendeu uma regulação responsiva

AANTAQ está comprometida com o governo federal para a realização do programa de arrendamentos portuários. A afirmação é do diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, que participou do webinar “Retrospectiva de 2020 e as Perspectivas para o Setor Portuário em 2021”, organizado pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), em 28 de janeiro.

A expectativa é que, em 2021, ocorram vinte leilões de áreas portuárias, que devem gerar R\$ 3,5 bilhões em investimentos. “Essas licitações trarão, certamente, mais eficiência, mais modernidade e mais produtividade ao setor”, afirmou Nery, lembrando que, no ano passado, oito leilões já foram realizados, com investimentos de R\$ 2 bilhões.

O diretor-geral destacou a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), bem como da concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho. No dia 4 de fevereiro, a ANTAQ realizará audiência pública virtual para obter contribuições visando ao aprimoramento dos documentos relativos a essa desestatização.

Nery também ressaltou o projeto BR do MAR, que está em análise pelo Congresso Nacional. O projeto tem como objetivo aumentar a oferta da cabotagem, incentivar a concorrência, criar novas rotas e reduzir custos. “Tenho certeza que o Congresso Nacional aprimorará o projeto de lei e entregará um marco para incrementar nossa cabotagem, tão essencial para a logística brasileira”, disse.

Durante sua fala, o diretor-geral defendeu, ainda, a navegação interior como forma de incrementar a multimodalidade. Enalteceu também a regulação e a fiscalização responsáveis. “A Agência deve regular quando for realmente necessário para não criar entraves burocráticos”, afirmou, destacando que a fiscalização responsável é preventiva, na medida em que o comportamento progressivo do prestador de serviço é que determina a frequência e a intensidade da ação fiscal.

Nery falou também sobre o projeto de cálculo administrativo da regulação. “A ANTAQ está fazendo uma ampla revisão de suas normas com o intuito de diminuir o fardo regulatório, além de desburocratizar o setor. “É preciso avaliar o custo-benefício da regulação”, disse o diretor-geral, defendendo a figura do arredamento simplificado para áreas menores das instalações portuárias.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 29/01/2021

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

AZUL ADESIVA AERONAVES PARA PROMOVER O TURISMO DOMÉSTICO

Redação Portogente

Aviões da empresa receberam imagens que ressaltam as belezas naturais de destinos brasileiros; Iniciativa marca a primeira oportunidade em que uma aeronave modelo ATR 72-600 da companhia é englobada em uma ação de mídia

Quatro aviões da Azul receberam adesivos que ressaltam a promoção do turismo brasileiro. A ação, em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), tem o slogan “Viva intensamente o Brasil” e quer estimular os brasileiros a conhecerem mais o próprio país, aproveitando, principalmente, o período de fronteiras fechadas e câmbio elevado. Imagens de praias, florestas e outras belezas naturais estão estampadas em dois aviões modelo Airbus A320neo e em outros dois modelo ATR 72-600.

A adesivagem nas aeronaves ATR, inclusive, marca um momento especial para a companhia. É a primeira vez que aviões desse modelo são incluídos em uma ação de mídia. A escolha pelo ATR tem um fundamento determinante: esse avião voa para diversos destinos regionais brasileiros que contam com paisagens deslumbrantes.

“Vivemos um período de retomada consciente do turismo no Brasil e as pessoas têm viajado pelo país, seguindo todos os protocolos de higiene sugeridos pelas autoridades sanitárias. Esse momento tem sido uma grande oportunidade para que os brasileiros conheçam o Brasil e nós já vemos destacando esse aspecto há alguns meses. Essa parceria com a Embratur reforça a ideia da promoção do turismo doméstico e ainda nos desafiou por ser a primeira vez que utilizamos nosso ATR, uma aeronave para rotas regionais, em ações de mídia”, ressalta Daniel Bicudo, diretor de Marketing da Azul.

Além das aeronaves da Azul, a campanha da Embratur pode ser vista em comerciais de televisão, aberta e fechada, rádios e também na internet e painéis eletrônicos em diversas cidades. “Estamos reforçando aos brasileiros que é hora de planejar a viagem para o próximo destino, que devemos viver intensamente o Brasil e que há sempre um destino perto e incrível”, indica Carlos Brito, presidente da Embratur.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 29/01/2021



TJ-RORAIMA INVESTE EM SEGURANÇA DURANTE A PANDEMIA, COM INOVAÇÃO DE CÂMERAS TÉRMICAS DA SONDA

Por *Giulia Szpektor* - Categoria: *Notícias Corporativas*

Órgão público apostou na tecnologia como medida para mitigar o contágio da Covid-19

São Paulo e Roraima, janeiro de 2021 - Depois de contar com a SONDA para se tornar o primeiro órgão público do Brasil a ter parte de seu service desk em formato digital, o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) segue sua trajetória de inovação com a utilização de câmeras térmicas para identificar anomalias de temperatura nas pessoas que passam pelo Tribunal.

No total, a solução da SONDA abrange quatro câmeras térmicas instaladas em agosto, com o objetivo de aferir a temperatura tanto dos servidores como dos visitantes, além de checar via reconhecimento facial, o uso de máscara de quem transita pelo TJRR.

“Seguimos nossa trajetória de inovação e de aproveitar o que há de mais relevante em termos de tecnologia para oferecer a melhor experiência ao nosso público, tanto neste momento de pandemia como também já nos preparando e antecipando para uma retomada segura quando o fluxo de pessoas aumentar”, comenta Mozarildo Monteiro Cavalcanti, Desembargador/Presidente do TJRR.

A iniciativa foi adotada como prevenção e segurança durante o período da pandemia do coronavírus. Ela diminuiu o tempo de espera para as pessoas entrarem no edifício, além de excluir a necessidade de contato entre os visitantes e os funcionários que realizam o controle de entrada. Em fevereiro, no período pré-pandemia, por exemplo, o órgão chegou a realizar mais de 13 mil atendimentos.

As câmeras ficam em locais estratégicos, na entrada do Tribunal, para realizar a leitura da face. Caso a pessoa demonstre temperatura febril, ou seja, identificada a não utilização de máscara, um funcionário entra em ação, com as recomendações adequadas para cada situação.

“As soluções de câmeras térmicas representam uma inovação da SONDA, que utilizou um conceito conhecido em alguns processos de manufatura e o ajustou para o combate à Covid-19. É uma forma de contribuir com a retomada da rotina da população, com segurança e diminuição de contágio”, comenta Alexandre Repinaldo, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da SONDA para a região Norte e Nordeste.

Sobre a SONDA

A SONDA é a maior empresa latino-americana de soluções e serviços de tecnologia, com receita de US\$ 1,131 bilhão em 2019 e 17 mil funcionários. A companhia tem presença direta na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai.

No Brasil, a SONDA mantém escritórios próprios nos 26 estados brasileiros, com mais de 7 mil colaboradores e 700 clientes. A empresa conta com 7 Centros de Serviços, 1 Centro de Inovação e 3 Data Centers.

Mais informações para a imprensa:

RPMA Comunicação

Jossiani Braga (11) 98424-1893
jossiani.braga@rpmacomunicacao.com.br

Leonardo Stavale (11) 98118-0455
leonardo.stavale@rpmacomunicacao.com.br

Giulia Szpektor (11) 94386-9965
giulia.szpektor@rpmacomunicacao.com.br

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 29/01/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTO DE SANTOS: CONTÊINER SE RECUPERA E FECHA EM DEZEMBRO DE 2020 COM ALTA DE 20%, RECORDE HISTÓRICO

informação: Santos Port Authority (29 de janeiro de 2021)



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/container-1536x863-1-768x432.jpg>

Desempenho contribuiu para recorde no acumulado geral, de 146,6 milhões de toneladas de carga

Após quedas no primeiro semestre de 2020, a movimentação de contêineres no Porto de Santos se recuperou e terminou o ano com recorde histórico no segmento que transporta as cargas de maior valor agregado. Dezembro registrou crescimento de 20% na movimentação

de contêineres sobre o mesmo mês de 2019, para 437,4 mil TEU (medida padrão para um contêiner de 20 pés), e alta de 9,5% sobre novembro, que já registrara o melhor desempenho para um mês até então, com 399,3 mil TEU. No ano, foram 4,23 milhões TEU, alta de 1,6% sobre o recorde anterior, verificado em 2019 (4,17 milhões TEU). O levantamento foi feito pela Gerência de Inteligência de Mercado e Estatística da Santos Port Authority (SPA).

Considerando todas as cargas, o Porto encerrou dezembro com crescimento de dois dígitos, 16,2%, sobre igual o mesmo mês do exercício anterior, chegando a 11,9 milhões de toneladas. Os números contribuíram para o recorde geral do ano, de 146,6 milhões de toneladas, alta de 9,4% sobre 2019. A participação acumulada de Santos na corrente comercial brasileira se manteve no patamar de 28% em dezembro, o equivalente a US\$ 103,2 bilhões. O número de atracções de navios no ano foi 4.904, alta de 1,3% em relação a 2019 (4.842).

“O recorde histórico de movimentação é reflexo da retomada da economia bem como das medidas implementadas por essa gestão profissional e técnica, alinhada às diretrizes do Governo Federal. Além disso, em um cenário de pandemia, o resultado mostra a força do agronegócio e a resiliência do Porto em manter o fluxo de mercadorias, o que se reflete positivamente na participação do complexo santista na corrente de comércio do País”, disse o diretor de Operações da SPA, Marcelo Ribeiro.

Os embarques no mês somaram 8,0 milhões de toneladas, aumento de 16,1% na base anual, e os desembarques, 3,8 milhões de toneladas, crescimento de 16,4%. No acumulado do ano, alta também nos dois fluxos: 13,2% nos embarques, para 106,8 milhões de toneladas, e 0,3% nos desembarques, para 39,8 milhões de toneladas.

As exportações do complexo soja, álcool, celulose, óleo combustível, e óleo diesel e gasóleo apresentaram os maiores crescimentos, lideradas pelos embarques de açúcar, que avançaram 69,5%, para 24,1 milhões de toneladas.

Nos desembarques, o adubo teve o maior crescimento, com 6,5 milhões de toneladas, alta de 16,3% em relação a 2019.

RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS COMPARATIVOS MENSAL E ACUMULADO

em toneladas

DESCRIÇÃO	DEZEMBRO			ATE DEZEMBRO		
	2019	2020	VAR %	2019	2020	VAR %
EMBARQUES	6.910.026	8.020.055	16,1	94.355.088	106.815.457	13,2
DESEMBARQUES	3.301.860	3.843.164	16,4	39.655.404	39.789.346	0,3
Total	10.211.886	11.863.219	16,2	134.010.492	146.604.803	9,4

PRINCIPAIS PRODUTOS

EMBARQUES

Açúcar	1.230.545	1.866.248	51,7	14.234.406	24.127.226	69,5
- Em sacos	0	0	-	0	25.076	-
- Em contêineres	126.701	168.422	32,9	1.745.977	3.178.040	82,0
- Granel sólido	1.103.844	1.697.826	53,8	12.488.429	20.924.110	67,5
Alcool	56.603	78.459	38,6	857.043	1.003.942	17,1
Café em grãos	210.654	242.298	15,0	2.274.350	2.445.880	7,5
Carnes	185.070	148.825	(19,6)	1.683.772	1.694.132	0,6
- Bovina	132.491	103.325	(22,0)	1.189.550	1.196.695	0,6
- De Aves	50.220	44.797	(10,8)	474.382	482.812	1,8
- Outras	2.359	703	(70,2)	19.840	14.626	(26,3)
Celulose (solta e containerizada)	560.098	406.070	(27,5)	5.002.881	5.495.776	9,9
Complexo soja	1.001.015	339.927	(66,0)	25.089.395	27.948.480	11,4
- Em grãos a granel	434.476	0	(100,0)	18.758.663	21.098.627	12,5
- Em grãos em contêineres	3	57	1.800,0	12.837	5.563	(56,7)
- Farelo a granel	541.822	330.813	(38,9)	6.050.938	6.606.920	9,2
- Farelo em contêineres	24.714	9.057	(63,4)	266.957	237.370	(11,1)
Gasolina	62.893	108.924	73,2	1.408.878	1.245.680	(11,6)
Milho	1.218.551	1.908.251	56,6	16.595.410	14.513.533	(12,5)
- Em contêineres	3.499	0	(100,0)	64.573	24.573	(61,9)
- Granel sólido	1.215.052	1.908.251	57,1	16.530.837	14.488.960	(12,4)
Óleo combustível	89.701	162.952	81,7	1.195.427	2.202.465	84,2
Óleo diesel e gasóleo	124.531	187.466	50,5	1.295.357	1.541.873	19,0
Sucos cítricos	150.122	188.691	25,7	2.185.713	2.103.829	(3,7)
- Em contêineres	30.807	26.991	(12,4)	275.194	268.994	(2,3)
- Granel líquido	119.315	161.700	35,5	1.910.519	1.834.835	(4,0)
Sub-Total Embarques	4.889.782	5.638.111	15,3	71.822.633	84.322.817	17,4
Outros	2.020.244	2.381.944	17,9	22.532.455	22.492.640	(0,2)
Total Embarques	6.910.026	8.020.055	16,1	94.355.088	106.815.457	13,2

DESEMBARQUES

Aduco	499.578	728.338	45,8	5.632.365	6.548.897	16,3
Alcool	695	1.907	174,4	48.412	55.024	13,7
Amonia	32.007	34.811	8,8	332.152	387.013	16,5
Enxofre	171.167	193.567	13,1	1.748.235	2.177.871	24,6
Fosfato de cálcio	97.692	0	(100,0)	1.007.272	446.991	(55,6)
GLP	46.346	50.680	9,4	648.413	567.754	(12,4)
Metanol	15.466	19.536	26,3	119.740	160.173	33,8
Nafta	6.719	774	(88,5)	93.249	15.558	(83,3)
Óleo diesel e gasóleo	241.620	192.663	(20,3)	2.506.596	3.122.891	24,6
Sal	47.886	114.463	139,0	892.801	1.039.539	16,4
Soda caustica	116.324	106.184	(8,7)	1.023.104	959.927	(6,2)
Sulfato dissódico	66.846	70.084	4,8	562.759	618.918	10,0
Trigo (grãos e farelo)	80.223	43.385	(45,9)	1.162.646	1.062.132	(8,6)
Sub-Total Desembarques	1.422.569	1.556.392	9,4	15.777.744	17.162.688	8,8
Outros	1.879.291	2.286.772	21,7	23.877.660	22.626.658	(5,2)
Total Desembarques	3.301.860	3.843.164	16,4	39.655.404	39.789.346	0,3

Total Geral	10.211.886	11.863.219	16,2	134.010.492	146.604.803	9,4
--------------------	-------------------	-------------------	-------------	--------------------	--------------------	------------

CONTÊINERES (EMBARQUES E DESEMBARQUES)

Unidades	224.922	263.316	17,1	2.586.082	2.656.340	2,7
TEU	364.390	437.416	20,0	4.165.248	4.232.046	1,6
Tonelagem	3.975.894	4.691.998	18,0	45.987.430	46.800.076	1,8

FLUXO DE NAVIOS

Atracados	404	394	(2,5)	4.842	4.904	1,3
-----------	-----	-----	-------	-------	-------	-----

Obs.: Não obstante a movimentação de algumas cargas ocorrer principalmente no embarque, também podem ser desembarcadas e vice-versa. Para efeito de classificação (emb./desemb.) e lançamento neste quadro, foi considerada somente a tonelagem de maior incidência, bem como a natureza de carga de maior incidência (exceto quando especificado).

<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Movimentacao-Dezembro-2020-711x1024.jpg>

Fonte : O Sopesp - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
 Data : 29/01/2021

SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS PARTICIPA DE WEBINARES SOBRE PERSPECTIVAS PARA O SETOR EM 2021

Informação : Ministério da Infraestrutura (29 de janeiro de 2021)



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/diogo-piloni.jpg>

Diogo Piloni fez um balanço das ações e projetos que serão desenvolvidos este ano

O secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura (MInfra), Diogo Piloni, participou de dois debates virtuais onde mostrou os avanços que vem acontecendo no setor e as expectativas para este ano. Entre os destaques, o envio de projetos de regulação portuária e a realização de leilões que irão atrair cerca de R\$ 3,5 bilhões em investimentos.

Piloni participou do webinar Porto&Mar 2021, promovido pelo Grupo Tribuna, onde falou sobre as expectativas para a desestatização do Porto de Santos. “Os estudos para a desestatização já estão sendo realizados. Acreditamos que o fluxo acontecerá normalmente e em 2022 teremos o leilão. Com essa mudança, traremos mais investimentos para o porto com melhorias, como o aprofundamento do canal que permitirá a operação de navios maiores”, afirmou o secretário.

Ele também comentou sobre a busca por maior eficiência em todos os portos brasileiros para, assim, garantir investimentos em grande escala e gerar economia para o Brasil. “O Governo Federal está convicto que irá entregar para a sociedade os ativos à gestão privada de forma eficiente, flexível e atendendo as cadeias logísticas”, complementou.

Logo após, o secretário foi um dos participantes do debate Perspectivas para o Setor Portuário em 2021, promovido pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP). Ele anunciou que estão previstos 20 leilões de terminais portuários que irão atrair cerca de R\$ 3,5 bilhões em investimentos. Piloni também afirmou que a secretaria está se esforçando para que a publicação do edital da desestatização do Porto Organizado de São Sebastião/SP ocorra ainda este ano.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 29/01/2021

COMBATE AO COVID, MOBILIDADE, SANEAMENTO E EMPREGOS: OS DESAFIOS DO CONDESB

Informação : Santaportal (29 de janeiro de 2021)



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/20211294048672g-768x512.jpg>

Por Susan Hortas / Prefeitura de Santos

ENTREVISTA – Para o recém-eleito presidente do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb), Rogério Santos (PSDB), a saúde é o principal ponto a ser debatido com todos os representantes.

“Trouxemos a Paula Covas, diretora regional da Saúde, justamente porque precisamos de pessoas técnicas no conselho”, comentou Santos.

O enfrentamento da pandemia do novo coronavírus não pode ser feito de forma isolada por um município, segundo o prefeito de Santos. No entanto, ele descarta uma ação conjunta para furar as determinações do Plano São Paulo.

“Vamos todos seguir o Plano São Paulo. Estamos com uma taxa de ocupação das UTI em 43%, muito distante dos 70% da média do Estado. Mas o Ministério Público está em cima dos municípios. Somos obrigados a seguir, não podemos ser irresponsáveis”.

Questionado sobre um calendário unificado de volta às aulas na região, Santos disse que o assunto certamente renderá reuniões extraordinárias. “A troca de informações no conselho será muito importante nessa questão”, comentou horas antes da decisão da justiça de barrar o retorno às aulas presenciais no estado de São Paulo.

Mobilidade

Muito defendida na gestão do ex-prefeito Paulo Alexandre Barbosa, que presidiu o Condesb no último ano, a mobilidade metropolitana seguirá forte na pauta.

“O BRT (bus rapid transit, em inglês, ou ônibus de trânsito rápido, na tradução literal) é a solução para o litoral sul. Queremos fazer essa conexão entre os municípios do litoral sul com São Vicente, até o Barreiros. De lá para cá temos o VLT, que tem sua segunda fase já em andamento. A ligação entre Santos e Guarujá será pelo túnel. Inclusive temos uma sinalização do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que prometeu a inclusão do projeto de construção do túnel no edital de concessão à iniciativa privada da gestão do Porto de Santos”.

Todavia, o presidente do Condesb ressalta que a ligação por hidrovias não pode ser descartada. “É uma característica da região e devemos explorar isso”.

Geração de empregos

Mesmo após anos de especulação, Santos ainda acredita que a região pode se tornar um polo forte para o setor de petróleo e gás.

“Temos uma base forte em Itanhaém, no aeroporto, um pólo industrial fortíssimo em Cubatão, além de toda atividade portuária em Santos e Guarujá. Temos infraestrutura para receber uma grande base de apoio às atividades offshore. Sabemos que muita coisa está concentrada no Rio de Janeiro e dependemos da Petrobras para avançarmos nisso, mas temos muitas áreas no Porto de Santos para desenvolver esse setor”.

A base de apoio às atividades offshore é o principal propulsor de empregos. Para cada emprego criado em uma unidade dessa, outros três são gerados em empresas terceirizadas. Isso sem falar nos setores de comércio e serviços.

Anteriormente, a Petrobras chegou a buscar áreas no Porto de Santos, mas desistiu por conta dos altos preços. A decisão fez com que a estatal seguisse concentrando as atividades no Rio de Janeiro, que possui uma infra pronta desde os anos 1970, quando iniciou a exploração da Bacia de Campos.

Moradias e saneamento básico

Logo após a eleição no Condesb, Rogério Santos afirmou que saneamento básico deveria ser um dos temas prioritários do grupo. Para ele, a região possui muitas áreas com problemas semelhantes, principalmente nas áreas de palafitas, comuns em Santos, Guarujá e Cubatão.

“Nenhuma solução de habitação é feita pensando apenas em um município”, comentou o prefeito, ao lembrar do conjunto residencial Tancredo Neves.

O conjunto habitacional Tancredo Neves 3, por exemplo, está sendo erguido em terreno cedido pela Prefeitura de Santos ao governo federal por meio da Cohab Santista, no bairro Cidade Náutica, em São Vicente.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 29/01/2021

TCP MOVIMENTA QUASE 40% DA RESINA VEGETAL PRODUZIDA NO BRASIL

Informação : Agência Porto (29 de janeiro de 2021)

O Brasil é o segundo maior produtor de resina vegetal, matéria-prima fundamental para o setor farmacêutico, químico e industrial. A mercadoria, que é exportada para todos os continentes do mundo, tem como uma das principais portas de saída o Terminal de Contêineres de Paranaguá – administrado pela TCP, no Paraná. Das 200 mil toneladas de resina e derivados produzidas pelo Brasil, 60% do volume é destinado à exportação e, deste percentual, quase 40% é escoado pelo Terminal, líder na movimentação do produto em todo o país.

Em 2019, a TCP movimentou 2.024 contêineres do produto. Em 2020, o volume alcançou 2.246 contêineres, o que representa um crescimento de 11% ano contra ano. Retirada do tronco do pinus, a goma – uma pasta esbranquiçada, espessa e viscosa, passa por um processo de destilação, dando origem a outros produtos como o breu e a terebintina, que podem ser utilizados, por exemplo, para a produção de goma de mascar, tintas, vernizes, borrachas sintéticas, produtos de limpeza, aditivos, entre outros.

“Entre os diferenciais para os exportadores de resina é o Armazém Alfandegado de Exportação, localizado em zona primária, um produto inovador que simplifica e reduz etapas trazendo redução de custo aos exportadores. Também somos o Terminal com maior número de linhas marítimas do país, além de oferecermos diversos produtos logísticos como a ferrovia interligando todo o estado além do acompanhamento da célula da gestão de fluxos”, explica Thomas Lima, diretor Comercial e Institucional da empresa.

Para os exportadores, a parceria com a TCP permitiu manter os negócios rodando em 2020, mesmo com as incertezas ocasionadas pela pandemia da COVID-19. Glauco Gabriel, gerente Comercial da Florpinus, indústria química com sede em Campo Largo, no Paraná, afirma que a pandemia causou impacto, com algumas exportações postergadas, alguns cancelamentos. “Abril foi o melhor mês, pois o mercado acreditava que haveria uma paragem e, no fim, veio um busca maior pelo produto solicitando, inclusive, antecipações do embarque”, conta.

Para ele, os serviços prestados pela TCP para o escoamento da carga beneficiaram os negócios da empresa, principalmente, pela proximidade do acesso da planta industrial ao Porto, acordos comerciais firmados e a disponibilidade de rotas. A empresa atende, principalmente, países da Europa, Américas e Ásia.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Para Rafael de Castro Lopes, coordenador de Comercio Exterior do grupo Resinas Brasil, uma das vantagens competitivas de exportar via Paranaguá diz respeito as taxas portuárias praticadas pelo Terminal. A empresa localizada em Sengés, no Paraná, exporta pelo porto paranaense há 15 anos, movimentando de 400 toneladas por mês. O Grupo é referência no setor, sendo um dos maiores exportador de breu, colofonia e terebintina do mundo, responsável por pouco mais de 50% do mercado.

Já Conrado Neves, diretor Comercial da Resineves, destaca a qualidade e a rapidez nos serviços prestados. “Em especial a atenção e cuidados com os nossos produtos, principalmente, os registros fotográficos realizados no embarque”, destaca.

A empresa fica em São Paulo e tem unidades nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Bahia.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 29/01/2021

CODESA – AUDIÊNCIA PÚBLICA CONFIRMADA PARA O DIA 04

Informação : CODESA (29 de janeiro de 2021)

No final da tarde desta quinta-feira (28), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou o convite para a audiência pública de desestatização da CODESA e da concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho. O evento, confirmado para o próximo dia 4, será exclusivamente virtual e acontecerá a partir das 9 horas.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/foto20-768x418.jpg>

O prazo de inscrição para os interessados em realizar perguntas durante a audiência pública vai até o dia 3 de fevereiro, das 9 às 18h. Essas pessoas deverão se inscrever apenas pelo WhatsApp (61) 2029-6940.

Segue o link da transmissão do evento:

<https://youtu.be/9Bc64u7aQC8>

<https://www.youtube.com/watch?v=9Bc64u7aQC8&feature=youtu.be>

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 29/01/2021

CETESB – ESPECIALISTAS DEBATEM NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Informações : Fonte: CETESB (29 de janeiro de 2021)



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Diretora-presidente-da-CETESB-destacou-as-atribuicoes-da-agencia-ambiental-paulista.jpeg>

Diretora-presidente da CETESB destacou as atribuições da agência ambiental paulista.

A diretora-presidente da CETESB, Patrícia Iglecias, participou, em 28/01, do seminário virtual promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP, para discutir o Novo Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026, de 15/07/2020 -, a universalização dos serviços de água e esgoto e as contribuições para o meio ambiente, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

Aspectos gerais da Lei, seus impactos no meio ambiente, as novas regras de concessão e as atribuições de cada órgão foram discutidos pelos participantes. Além da dirigente da CETESB, o encontro contou com as presenças do secretário-executivo da SIMA, Luiz Santoro; do presidente da SABESP, Benedito Braga; do presidente da ABRELPE, Carlos Silva Filho; do diretor de regulação da ANA, Oscar Cordeiro Neto; e o diretor da UR-08 – São José do Rio Preto – do TCE-SP, Namir Antonio Neves. A intermediadora foi Gabriela Bernardino.

Falando sobre as atribuições da CETESB, Patrícia Iglecias explicou que, conforme a Lei Estadual nº 13.542, de 2009, cabe à Companhia proceder ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ao meio ambiente, assim como executar o monitoramento da qualidade dos recursos hídricos no estado.

Ela lembrou que o Novo Marco prevê a revitalização de bacias hidrográficas, conservação do meio ambiente e a redução de perdas de água, além de proporcionar mais qualidade de vida e saúde à população, aquecer a economia e gerar empregos.

Sobre o fim dos lixões a céu aberto em todo o país, “o prazo é 2024 para aqueles que fizerem os planos municipais de resíduos, e 31 de dezembro deste ano, para aqueles que não fizerem.” No Estado de São Paulo, entretanto, “esta questão está resolvida, com 97,8% de gestão adequada dos resíduos e não existindo mais lixões”, salientou Patrícia Iglecias.

Destacou a questão dos Contratos de Concessão, mostrando que a nova lei extingue os chamados contratos de programa, firmados, sem licitação, entre municípios e empresas estaduais de saneamento. Chamou a atenção para os blocos de pequenos municípios, que poderão contratar os serviços de saneamento de forma coletiva, sem ser necessariamente vizinhos, mas que deverão implementar planos municipais e regionais, sendo que a União poderá oferecer apoio técnico e financeiro para a execução dessa tarefa.

Comentando mais especificamente sobre a CETESB, mencionou a Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais, com suas modalidades “Básica” e de “Monitoramento Automático”, com frequência de amostragens, respectivamente, de no mínimo três vezes, e horário.

Enfatizou que os objetivos do monitoramento, entre outros, são os de fazer um diagnóstico da qualidade das águas no Estado, avaliando sua conformidade com a legislação; sua evolução temporal; e identificar áreas prioritárias para o controle da poluição, possibilitando ações preventivas e corretivas por parte da Companhia e de outros órgãos.

Por fim, deu um breve resumo dos resultados de qualidade das águas atualmente no Estado de São Paulo, expôs um quadro com a evolução do tratamento de esgotos domésticos no território paulista e lembrou que todos esses dados podem ser consultados em publicações e relatórios disponíveis no site da CETESB, como o relatório anual de Qualidade das Águas Interiores e o Sistema Infoáguas.

A íntegra do Seminário está disponível no canal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, por meio dos links:

- [youtube.com/watch?v=9I-IFNBjWIA](https://www.youtube.com/watch?v=9I-IFNBjWIA)
- [youtube.com/watch?v=TRa6Js-j7FQ](https://www.youtube.com/watch?v=TRa6Js-j7FQ)

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 29/01/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL CRESCERAM 52,71% DE 2010 A 2020, DIZ ANP

A produção de petróleo e gás natural brasileira cresceu 52,71% de 2010 a 2020, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em 2020, foram produzidos 3,74 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), incluindo óleo e gás, uma alta de 5,22% em relação a 2019.

“A última década contou com constante aumento de produção, com exceção apenas dos anos de 2012 e 2018”, afirmou a ANP em nota.

O volume de petróleo extraído no ano passado foi de 2,94 milhões de barris por dia (bpd), e o de gás, de 127,4 milhões de m³ por dia.

Em 2020, o pré-sal respondeu por 68,61% da produção nacional, enquanto, em 2010, a participação era de 1,53%. Em contrapartida, no mesmo período, a produção terrestre saiu de 11,60% para 5,95%, e a produção marítima no pós-sal, de 86,87% para 25,44% do total do País.

Com o crescimento do pré-sal, avançou também a importância da Bacia de Santos, onde eram extraídos 0,04 milhão de bpd há uma década e, no ano passado, ficou em 1,9 milhão de bpd. Já a produção da Bacia de Campos saiu de 1,8 milhão de bpd para 0,9 milhão de bpd.

A ANP informou ainda que novos regimes de produção tiveram maior participação no cenário nacional. Enquanto em 2010 praticamente toda a produção de petróleo equivalente vinha dos

contratos de concessão, em 2020 esta participação foi de 78,97%, ganhando espaço a produção da concessão onerosa, que atingiu 19,45% da produção nacional”, acrescentou a agência.

Na última década, outras empresas, além da Petrobras, ganharam fatias do mercado. A participação da estatal passou de 92,67% para 74,01% no período. Outras empresas passaram a ter uma participação mais representativa, seja como operadora ou em consórcio com a estatal.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 29/01/2021

EUA DEVEM ATUAR “AGORA” E ADOPTAR UM PLANO DE REATIVAÇÃO, REITERAM BIDEN E YELLEN



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/01/fda2c9a33a76f0f3705a2a007c8515e3e3963953-768x432.jpg>

O presidente americano, Joe Biden, em Washington, D.C., em 29 de janeiro de 2021 - AFP

O presidente dos EUA, Joe Biden, e a secretária do Tesouro, Janet Yellen, reiteraram nesta sexta-feira (29) que as autoridades e legisladores devem agir “agora” e adotar rapidamente um plano de estímulo econômico de US\$ 1,9 trilhão proposto pelo governo.

“Aprendemos com as crises anteriores que o risco não é fazer muito, mas não o suficiente. E agora é a hora de agir”, afirmou Biden ao final de uma reunião com Yellen.

“Precisamos agir agora e os benefícios de uma ação vigorosa imediata superarão em muito os custos no longo prazo”, acrescentou Yellen a repórteres da Casa Branca após uma entrevista com o presidente.

“O custo da falta de ação será muito maior do que o custo de ação, de uma ação forte”, complementou.

Alguns republicanos no Congresso, que precisam aprovar o projeto de lei para que os recursos comecem a ser liberados, se opõem ao valor proposto pelo presidente.

Os economistas concordam que “sem uma nova ajuda, muito mais pessoas perderão seus pequenos negócios, seus lares e sua capacidade de alimentar suas famílias. E temos que ajudá-los até que o vírus esteja sob controle” graças às vacinas, ressaltou.

O plano de Biden inclui novos cheques para as famílias, uma extensão de direitos para os desempregados e fundos para cidades e estados reabrirem escolas e aumentarem o número de testes e vacinas.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 29/01/2021

ANP LIBERA ENTRADA DE NOVOS TIPOS DE QUEROSENE DE AVIAÇÃO NO PAÍS

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou na quinta-feira, 28, a realização de consulta e audiência públicas sobre a revisão das especificações e das regras de controle de qualidade de querosene de aviação fóssil, alternativo e suas misturas.

A principal novidade será a introdução, no Brasil, do querosene de aviação JET-A, já comercializado no mercado internacional. O combustível poderá passar a ser importado ou produzido nas refinarias do país.

“O objetivo é aumentar a oferta do querosene de aviação, gerando possíveis reduções de preços e custos das companhias aéreas”, informou a ANP.

A estimativa do mercado é de que ocorra uma redução de cerca de 0,3 a 0,6 centavos de dólar por galão, podendo haver redução ainda maior, uma vez que, com o JET-A, haverá maior competição, dado o maior número de fornecedores externos do produto, informou a ANP.

Serão introduzidos ainda dois novos querosenes de aviação alternativos, aprovados em 2020 pela ASTM International, para possibilidade de uso como misturas com JET-A ou JET-A1. A mudança visa alinhar a especificação nacional à internacional.

A minuta ficará em consulta pública por 45 dias a partir de sua publicação no Diário Oficial da União e, posteriormente, haverá audiência pública.

A única diferença entre o JET-A1 e o JET-A é o ponto de congelamento: o JET-A1 possui limite máximo especificado em -47 °C, enquanto o JET-A possui limite em -40 °C, ou seja, menos restritivo.

O ponto de congelamento é a menor temperatura em que o combustível está livre de cristais de hidrocarbonetos que, se presentes, podem reduzir o fluxo do combustível no sistema de abastecimento da aeronave.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 29/01/2021

GOVERNO MULTA BRF EM R\$ 5,3 MI POR VIOLAR CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, aplicou multa de R\$ 5,3 milhões à empresa BRF por violação ao Código de Defesa do Consumidor. Segundo o Departamento, a BRF foi condenada por ter extrapolado o limite de água permitido no congelamento de alimentos e por ter violado o direito de informação e transparência do consumidor.

O despacho com a punição está publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 29. O valor da multa, precisamente de R\$ 5.382.585,00, deverá ser depositado em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

De acordo com a secretária nacional do Consumidor, Juliana Domingues, a condenação é um desdobramento de processo administrativo instaurado pelo DPDC para apurar violações constatadas por uma fiscalização do Ministério da Agricultura durante a Operação Carne Fraca, ocorrida em meados do ano de 2017.

“A análise técnica do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor apontou não apenas violação da boa-fé objetiva, mas do direito à informação e à transparência, que é uma obrigação do fornecedor para os consumidores. Isso porque a utilização de água em quantidade maior do que o limite que é tolerado para congelamento dos produtos faz com que a empresa entre em desacordo com a nossa legislação, inclusive colocando em risco a saúde e a segurança do consumidor”, reforçou a secretária.

Segundo o processo, a BRF extrapolou o limite de água permitido pela legislação vigente, que é de 6% de água em carcaça de frango congelado, e vinha comercializando produtos destinados à alimentação humana (frango inteiro) em conflito com as normas aplicáveis.

O coordenador-geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do DPDC, Leonardo Marques, disse que o caso apresentou materialidade robusta ao evidenciar a conduta apurada como uma prática que vai além de um mero ato isolado, merecendo a aplicação da penalidade.

Outro lado

Procurada pela reportagem, a BRF disse que recebeu com surpresa a decisão da Senacon e irá recorrer da decisão. “A companhia reforça que atende aos mais rigorosos processos de segurança alimentar e controle de qualidade em todas as suas operações no mundo e baseia sua gestão nos compromissos fundamentais com a Segurança, Qualidade e Integridade.”

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 29/01/2021



MOURÃO DEFENDE BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA EM REUNIÃO COM INVESTIDORES INTERNACIONAIS

Ele citou ainda os resultados na Operação Verde Brasil 2, das Forças Armadas, na apreensão de madeira ilegal

O vice-presidente Hamilton Mourão se reuniu hoje, 29, com investidores internacionais. Presidente do Conselho Nacional da Amazônia, Mourão defendeu nesta semana, durante a edição virtual do Fórum Econômico Mundial, o investimento do setor privado para preservar e desenvolver a bioeconomia na região amazônica.

A iniciativa Diálogo de Investidores sobre Políticas Públicas contra o Desmatamento (IPDD, na sigla em inglês) é um grupo formado por 55 fundos internacionais de investimentos responsáveis pela gestão de US\$ 7 trilhões. Em julho de 2020, Mourão se reuniu com o grupo pela primeira vez. Em nota, a assessoria da vice-presidência informou que Mourão apresentou aos investidores a iniciativa "AMACRO", um "programa-piloto para promover o desenvolvimento sustentável em uma área de 450 mil km² entre os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia". O projeto deve ser lançado em abril.

Mais cedo, na chegada à vice-presidência, Mourão afirmou que o programa visa integrar propostas, como as de regularização fundiária e reflorestamento, com espaço para o setor privado colocar recursos. Na videoconferência, Mourão também destacou medidas que estão sendo adotadas para a melhoria do ambiente de negócios, além de convidar os investidores para contribuir com a atuação do Conselho da Amazônia.

Ele citou ainda os resultados na Operação Verde Brasil 2, das Forças Armadas, na apreensão de madeira ilegal. Os militares atuam na região desde maio de 2020 e contam com a parceria da Polícia Federal para rastrear a origem da madeira comercializada. A Operação está prevista para acabar em 30 de abril. Segundo Mourão, não há previsão de prorrogar a permanência das Forças Armadas na região. Em conversa com jornalistas nesta sexta-feira, 29, o vice-presidente destacou que a manutenção dos militares requer recursos fora do Orçamento. Ele opinou que é possível reduzir o desmatamento ilegal por meio do trabalho integrado das agências civis.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 29/01/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ESTUDO APONTA “NOVO PRÉ-SAL” NA BACIA DO PARÁ-MARANHÃO COM 30 BILHÕES DE BARRIS

Por Felipe Maciel - 29 de janeiro de 2021 - Em Mercado offshore, Política energética

Um estudo está indicando a possibilidade de existência de 20 bilhões a 30 bilhões de barris de óleo em recursos prospectivos recuperáveis riscados, um potencial do porte de um “novo pré-sal” na Bacia do Pará-Maranhão.

Indica também que, depois do pré-sal, a região tem a maior probabilidade de descobertas de petróleo de boa qualidade.

Recursos prospectivos são volumes de petróleo cuja existência é indicada por dados geológicos e geofísicos extraídos de levantamentos sísmicos, mas sem comprovação por perfurações de poços exploratórios.

O trabalho foi realizado pelo ex-diretor da ANP, Allan Kardec Duailibe, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em conjunto com o geólogo e consultor Pedro Zalán (ZAG, ex-Petrobras) e Ronaldo Gomes Carmona, professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra.

Zalán é consultor no Brasil da empresa de levantamentos sísmicos TGS, que subsidiou o estudo com dados geológicos das regiões analisadas.

“Estamos sendo extremamente conservadores com o estudo para não criar falsas expectativas para governos e a sociedade”, comentou Allan Kardec nesta quarta (27).

As informações foram antecipadas aos leitores do político epr.

Os pesquisadores explicam que esse “novo pré-sal” na Bacia do Pará-Maranhão diz respeito ao volume das reservas que podem ser descobertas. “Por óbvio, dadas as características geológicas da franja marítima norte do Brasil, não se trata de exploração abaixo da camada de sal, inexistente naquela região. Tampouco há confirmações – só possíveis por meio de campanhas exploratórias – dos volumes recuperáveis”.

Governos desconheciam potencial

As conclusões foram apresentadas ao governador do Maranhão, Flavio Dino (PCdoB), e para as federações das indústrias, tanto do Pará quanto do Maranhão. Será levado ao governador do Pará, Helder Barbalho (MDB).

A ideia é conseguir apoio para destravar a oferta dos oito blocos exploratórios que seriam licitados na 17ª rodada da ANP. As áreas foram retiradas do leilão previsto para outubro por conta de restrições ambientais. O Ibama apontou problemas na região e indicou dificuldade para o licenciamento.

A princípio, o interesse é pela inclusão na 18ª rodada, prevista para 2022.

O estudo aponta como falhos os motivos do Ibama para a não concessão de licenciamento ambiental para a perfuração de poços na Foz do Amazonas, no Amapá, e para a retirada não dos blocos do leilão da ANP.

Segundo os estudos, é falsa a existência de recifes de corais que se estenderiam do Amapá até o Maranhão.

“Argumento falso, introduzido pelo Greenpeace no Brasil, em especial no Ibama, e que já foi desmascarado por professores da Universidade Federal Fluminense (Figueiredo Jr., 2018). Não há corais nestas águas profundas turvas e escuras, do Amapá ao Maranhão (influência do delta do Rio Amazonas)”.

Diz também que percepção de alto risco de contaminação dos manguezais do Amapá e Pará é equivocada. A corrente marítima na região seria forte o bastante para carregar “qualquer material flutuante para um vórtice situado no meio do Oceano Atlântico Equatorial”.

Allan Kardec defende um acordo de cooperação entre o Ibama e a UFMA para que a universidade possa subsidiar o órgão ambiental com informações e pesquisas, que destravem o licenciamento.

“Os profissionais das universidades estão dispostos a ajudar o Ibama”, comenta.

O Ministério do Meio Ambiente não respondeu aos contatos da epbr.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 29/01/2021

MOVIMENTO POR GREVE DE CAMINHONEIROS NÃO É PROBLEMA DA PETROBRAS, DIZ CASTELLO BRANCO

Por epbr - 29 de janeiro de 2021 - Em Newsletter Comece seu Dia

Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde

gustavo.gaudarde@epbr.com.br

em jogo

A ameaça de greve dos caminhoneiros, a partir de 1º de fevereiro, que busca a redução de preços do diesel e mudanças na política de reajustes da Petrobras, não é problema da companhia, que segue praticando preços de paridade internacional, afirmou o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco.

— O movimento grevista ganhou nesta semana a adesão da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL), uma das principais entidades da categoria no país. Uma paralisação anterior, em 2018, criou grandes prejuízos econômicos para o país.

— “Todo mundo sabe onde bater, na porta da Petrobras. A Petrobras não será mais vilão. Em função da política de preços independente da Petrobras, sem interferência do governo, seguindo preços de paridade internacional, temos atraído investidores”, disse Castello Branco. UOL, com Reuters

— A XP calcula que a defasagem, o desconto praticado pela Petrobras na comparação entre os preços nacionais e internacionais, é da ordem de 14% (UOL). Pelas contas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o diesel ainda está 11,8% abaixo do praticado fora do país. O Globo

— “Isso é como discussão sobre futebol. Todo mundo quer dar sua opinião. Existe toda uma literatura econômica sobre repasse de preços (...) A paridade de preço de importação não é um valor absoluto. Temos custos, acesso a preços, capital de giro e condições de logística diferentes”, argumentou o executivo. Estadão

— A Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne 12 sindicatos da categoria em todo o país, decidiu apoiar o movimento dos caminhoneiros de protesto contra a alta dos combustíveis.

— Os sindicatos filiados à FUP vão participar de carreatas e protestos, e em algumas cidades haverá ações como doações de cestas básicas e vales-compra de botijões de gás a preços mais baratos. Estadão/Broadcast

— A proposta do presidente Jair Bolsonaro, de reduzir PIS/Cofins sobre o diesel, como estratégia para evitar a greve dos caminhoneiros, foi criticada pela entidade.

— “Reduzir imposto é a pior estratégia. Isso afeta a arrecadação e prejudica os investimentos do governo em áreas como a saúde. Não se pode ferir de morte a arrecadação fiscal do país. Melhor seria uma política de preços para os combustíveis envolvendo a ANP e outros órgãos”, disse Tadeu Porto, diretor da FUP. Estadão/Broadcast

— Bolsonaro disse que a redução será de R\$ 0,09 dos R\$ 0,33 que incidem no óleo diesel. “Eu procurei a equipe econômica para a gente anular os R\$ 0,09. Agora, cada centavo eu tinha que

buscar receita em outro local, ou buscar novo imposto ou aumentar outros impostos. E cada centavo no diesel equivale a R\$ 800 milhões ao ano”.

— Governo confia que a greve dos caminhoneiros não terá a força que teve o momento de 2018, que parou rodovias do país por dez dias no governo Temer.

Petróleo cai quase 1%. Os contratos futuros de petróleo fecharam em baixa nessa quinta (28/1), 28, com o mercado atento à situação da pandemia de coronavírus e após subirem ontem diante da queda dos estoques nos EUA.

— O recuo ocorreu mesmo com o enfraquecimento do dólar, o que em tese favoreceria o petróleo por deixá-lo mais barato a negociadores de outras divisas.

— O Brent para abril fechou a sessão em queda de 0,77% (- US\$ 0,43), a US\$ 55,10 o barril. Já o WTI para março caiu 0,96% (-US\$ 0,51), a US\$ 52,34 o barril.

— O recrudescimento da pandemia foi o principal fator a movimentar os ativos de petróleo. A Alemanha deve se juntar a Portugal em breve na decisão de banir viajantes do Brasil para conter os casos locais de covid-19, afirmou um ministro alemão, em lista que também incluirá britânicos, portugueses e sul-africanos. Investing.com, com Estadão Conteúdo

Cessão onerosa de Búzios em 2021. A Petrobras poderia comprar a parte dos parceiros se “por ventura” eles quiserem vender, afirmou Castello Branco

— “Acreditamos que a nossa participação de 90% está ok. Se os chineses por ventura quiserem vender os 10%... ok, tudo bem, nós compramos e continuaremos a ficar felizes com a exploração do campo de Búzios”, disse o executivo

— Petrobras e os sócios precisam negociar o pagamento da coparticipação até setembro. Essa é a indenização por investimentos já feitos pela Petrobras antes do leilão dos excedentes de Búzios.

— O bloco com volumes excedentes de Búzios foi arrematado pela Petrobras (90%), em parceria com as chinesas CNODC e CNOOC (5% cada) em 2019. Yahoo Finanças, com Reuters

Refinarias, BR e Braskem. Castello Branco, lembrou que que a empresa está em fase final de negociação para a venda de cinco plantas – Refap (RS), RLAM (BA), SIX (PR), Lubnor (CE) e Reman (AM). Propostas pela Repar (PR) ainda estão em discussão, e a empresa vai ainda receber propostas por Regap (MG) e Rnest (PE).

— Segundo Castello Branco, em comparação ao pré-sal, as refinarias não são um negócio de alto retorno e foram operadas de forma ineficiente no passado, gerando altos custos. “Há um alto consumo de energia, energia representa 50% dos custos operacionais de uma refinaria. Então os resultados não são bons.”

— Quanto à venda das ações remanescentes na BR Distribuidora, o executivo avalia que as ações da companhia estão abaixo do seu potencial e aguarda uma melhora das condições do mercado para se desfazer completamente do ativo.

— No caso da venda da Braskem, “é muito mais complicado”, disse Castello Branco. A ideia é listar a petroquímica no Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança da bolsa paulista, e vender sua participação por meio do mercado de capitais.

— No entanto, segundo ele, a empresa tem encontrado obstáculos por parte de sua sócia, a Odebrecht, e o processo “não tem andado”.

Wilson Ferreira Júnior. A Comissão de Ética da Presidência da República liberou o executivo da quarentena de seis meses e Wilson Ferreira Júnior poderá aceitar o convite para assumir a presidência da BR Distribuidora. UOL

Ecopetrol quer comprar Isa A petroleira estatal colombiana Ecopetrol anunciou na quarta (27/1) que apresentou uma proposta para adquirir a participação estatal na Isa, equivalente a 51,4% das ações em circulação, como parte de sua estratégia para se converter em uma empresa integrada de energia.

— A transação aconteceria por meio de um contrato interadministrativo entre Ecopetrol e o Ministério da Fazenda da Colômbia.

— A Isa possui participações expressivas na transmissão de energia elétrica na Colômbia e Brasil, onde controla a Isa Cteep, além de Chile e Peru, entre outros países. A estatal colombiana também possui operações em rodovias e negócios de telecomunicações na Colômbia, Brasil, Chile, Peru, Bolívia, Argentina e América Central por meio de 43 afiliadas e subsidiárias.

— A Ecopetrol acrescentou que, para fazer o investimento, não é necessário realizar uma oferta pública de aquisição (OPA) para os acionistas da Isa, uma vez que o Estado continuaria sendo o beneficiário real das ações da empresa e manteria o controle sobre estas.

— A transação seria financiada com um esquema que incluiria uma nova capitalização da Ecopetrol através de uma emissão de ações, recursos próprios e outros esquemas de financiamento disponíveis, incluindo desinvestimento de ativos não estratégicos, disse a petroleira em comunicado, sem citar valores para a transação. Época Negócios, com Reuters

Inovação. Fundação Resol abriu a 10ª chamada do Fundo de Empreendedores, acelerador que apoiar startups com tecnologias de baixas emissões, economia circular e digitalização da indústria energética.

— As empresas selecionadas receberão até 120 mil euros em um ano, assessoria por parte da equipe de mentores e terão a possibilidade de realizar provas pilotos nas instalações da Repsol. A chamada de âmbito internacional e as propostas deverão apresentadas até 3 de março, por meio do site fundacionrepsol.com.

Produção recorde de óleo em 2020. O Brasil produziu, em média, 2,938 milhões de barris diários no ano passado, uma alta de 5,5% em relação a 2019 e número recorde, segundo dados da ANP. Para 2021, a expectativa é que a indústria petrolífera brasileira atinja novo patamar histórico.

— O novo recorde ocorre mesmo depois de um segundo semestre mais fraco. Os volumes de petróleo produzido no país estão em queda desde agosto. Em dezembro, houve redução de 1% ante novembro, para 2,726 milhões de barris/dia.

— A retração nos últimos meses de 2020 pode ser explicada pela concentração de paradas programadas em plataformas na segunda metade do ano. Devido aos impactos da pandemia de covid-19 sobre as atividades a bordo, a Petrobras acabou adiando, para o quarto trimestre de 2020, as atividades de manutenção previstas inicialmente para o primeiro semestre.

— As paradas afetaram os principais campos do Brasil, inclusive os dois maiores ativos do pré-sal da Bacia de Santos: Tupi (ex-Lula) e Búzios, que, juntos, responderam, em dezembro, por quase a metade de todo o petróleo do país. Valor

Consumo elétrico em alta O consumo de energia elétrica no Brasil registrou alta de 1,1% na primeira quinzena de janeiro em comparação com igual período de 2020, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

— A demanda teve retração de 2,8% no mercado regulado, devido aos impactos da pandemia, disse a CCEE. Já o consumo no mercado livre de energia, houve alta de 10,6% no mesmo período. Money Times, com Reuters

Com Biden, energia limpa bate recordes de captação Empresas de energia limpa estão levantando quantias recordes de recursos por meio de ofertas de ações, no que pode ser a maior oportunidade de captação do segmento em um momento em que o presidente dos EUA, Joe Biden, articula a implementação de sua agenda para o clima e promete cortar financiamentos internacionais para fontes fósseis.

— Shoals Technologies Group, Plug Power e Gevo estão entre as companhias que aproveitaram o apetite em Wall Street por renováveis e levantaram US\$ 4,4 bilhões em ofertas de ações em janeiro, estabelecendo um novo recorde mensal.

— É o terceiro recorde mensal consecutivo após empreendimentos de energia solar, hidrogênio e tecnologias limpas captarem US\$ 1,76 bilhão em dezembro e US\$ 1,15 bilhão em novembro.

— A enxurrada de ofertas de ações coincide com os esforços de Biden para tornar a rede elétrica dos EUA totalmente verde até 2035 e com a busca por papéis de empresas que atendam aos padrões ambientais, sociais e de governança (ESG) dos investidores. Money Times, com Bloomberg

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 29/01/2021

UE COBRA MAIOR CONTROLE EMPRESARIAL DE IMPACTOS À BIODIVERSIDADE

Por Guilherme Serodio - 29 de janeiro de 2021 - Em Clima

O comissário para meio ambiente e oceanos da União Europeia, Virginijus Sinkevicius, afirmou que empresas precisam começar a considerar os impactos de biodiversidade e contabilizar o capital natural nos seus processos de tomada de decisão para atuar na luta contra as mudanças climáticas.

Em discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos, ele afirmou que, especialmente a necessidade de medir a pegada ecológica de cada produto ou serviço produzido, representa uma transformação necessária hoje no ambiente empresarial.

“Nós precisamos de mais alinhamento e do desenho de princípios gerais para podermos contabilizar o capital natural e a biodiversidade” também na cadeia de produção, afirmou Sinkevicius acerca do que classifica como parte do papel do setor privado na luta contra as mudanças climáticas.

Sinkevicius criticou que informações sobre o valor do capital natural nos negócios das companhias ainda não sejam adequadamente compartilhados com investidores e consumidores, ainda que hoje já se tenha a percepção de que o capital natural é a pedra fundamental não apenas de nossa economia, como de nossa sociedade. Para ele, as empresas e o setor de negócios de forma geral, precisam ser responsabilizadas para poderem ser também parte da solução.

O comissário europeu ainda ressaltou que a guinada na postura do setor empresarial também é uma demanda crescente no mercado de capitais, com a valorização de investimentos considerados verdes.

“Hoje estudos econômicos mostram que investimentos verdes já estão gerando lucro no curto e no longo prazo, além de serem poderosos agentes para a criação de empregos”, disse, frisando que “por essas razões o plano de recuperação econômica da União Europeia está investindo na recuperação verde”.

O bloco europeu está destinando o equivalente a 37% dos € 750 bilhões previstos no plano de socorro econômico, o Next Generation EU, lançado em 2020 para responder à crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, à aplicação nas iniciativas do European Green Deal (Pacto Ecológico Europeu, em português).

Dentro dessa perspectiva, a UE definiu que considerações acerca da preservação da biodiversidade precisam estar melhor integradas às tomadas de decisão do setor privado, frisou o comissário.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou nesta semana no Fórum de Davos que a União Europeia levará para a Conferência de Biodiversidade da ONU, em maio, uma proposta para garantir internacionalmente a proteção de 30% das áreas naturais em terra e nos mares.

Sinkevicius também falou no Fórum acerca dos desafios da implantação do Pacto Ecológico Europeu. A iniciativa da Comissão Europeia lançada ainda em 2019 elencou 50 medidas para ajudar a União Europeia a se tornar neutro em emissões de carbono até 2050.

Para ele, a Europa é pioneira ao perceber a necessidade de cuidar do capital natural e manter na cadeia de produção o valor de termos a natureza saudável. Mas, desde o lançamento do Pacto Ecológico, a boa notícia é que outros países também tomaram medidas ambiciosas, como é o caso das novas políticas que estão sendo implementadas pelo novo governo dos Estados Unidos.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 29/01/2021*

JAPÃO CALCULA QUE TRANSIÇÃO PARA ECONOMIA VERDE TERÁ IMPACTO DE US\$ 190 BILHÕES

Por Guilherme Serodio - 29 de janeiro de 2021 - Em Clima

O plano de transição do Japão para uma economia neutra em emissões de carbono vai gerar um impacto econômico de 190 trilhões de ienes, algo que equivale a cerca de US\$ 190 bilhões, e gerar 15 milhões de postos de trabalho no país até 2050. As informações foram divulgadas pelo primeiro ministro japonês, Suga Yoshihide, durante discurso no Fórum Econômico Mundial.

O Japão definiu no final de 2020 sua estratégia de crescimento verde, focada na transição para a economia de baixo carbono. O país assumiu o compromisso de se tornar neutro em emissões até 2050. Para isso, o governo japonês estipulou metas em 14 áreas consideradas prioritárias para o objetivo.

Entre elas está a necessidade de impulsionar a geração de energia sustentável. O arquipélago japonês pretende investir substancialmente no desenvolvimento de fazendas eólicas offshore. Outra frente importante será o desenvolvimento de tecnologias a partir do hidrogênio.

“Medidas (de objetivos) ambientais não têm mais o impacto de contração da economia. Ao contrário, hoje elas transformam substancialmente a economia social, gerando crescimento robusto e é isso que o Japão quer mostrar ao mundo”, disse Yoshihide, mostrando o interesse do país em ter um papel relevante para a transformação da economia verde.

Mais cedo nesta semana, o papel pioneiro do Japão no desenvolvimento de fontes renováveis de energia foi citado por Bill Gates. O milionário filantropo afirmou que Japão e Alemanha tiveram papel fundamental para popularizar e reduzir os custos da tecnologia solar fotovoltaica, investindo em painéis solares quando a tecnologia ainda não era financeiramente rentável.

No discurso de hoje Yoshihide também cobrou que os países aprofundem a cooperação internacional para a transição à economia verde. A fala está em linha com o discurso de outras potências asiáticas.

Também hoje, o Primeiro Ministro de Singapura, Lee Hsien Loong, afirmou que a pandemia do coronavírus não deve permitir que percamos de vista outros grandes desafios globais.

“A mudança climática está claramente acelerando perigosamente”, diz ele. “Já está tarde, mas se os países trabalharem juntos, a humanidade terá esperança de evitar uma catástrofe”, afirmou.

Para Loong, a boa notícia é que os países estão levando as mudanças climáticas mais a sério. Ele cita o retorno dos EUA ao Acordo de Paris, assinado no primeiro dia do governo de Joe Biden, e as metas de redução de emissões anunciadas pela China no final do ano passado.

Ainda assim, as promessas e metas anunciadas não são o suficiente. “Os países precisam trabalhar juntos por meio de regras estabelecidas. Somente assim podemos enfrentar questões como a pandemia, o retorno ao crescimento ou as mudanças climáticas”, frisou Loong.

O retorno dos Estados Unidos ao Acordo de Paris foi saudado também pelo governo chinês. Fu Ying, Vice-presidente, Comitê de Relações Exteriores da China, frisou que, apesar das preocupações mais imediatas relativas à pandemia da Covid-19, a discussão e a cooperação acerca das mudanças climáticas precisam ser retomadas.

Em uma economia globalizada, os impactos das mudanças climáticas afetarão a todos e os países precisam trabalhar conjuntamente.

“A economia chinesa está integrada à cadeia de abastecimento global, então temos que trabalhar juntos”, disse. “Se pudermos compartilhar valores e administrar a situação, podemos salvar o planeta”.

Arábia Saudita

A defesa de maior diálogo entre os países no combate às mudanças climáticas e no desenvolvimento de tecnologias capazes de reduzir emissões também foi feita pelo príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Faisal bin Farhan Al Saud.

Ele afirmou que seu país está disposto a seguir contribuindo com os esforços globais no combate aos desafios climáticos.

A região árabe desempenhou um papel importante no fornecimento de energia ao mundo e também desempenhará um papel crucial no cumprimento das metas de neutralidade de carbono, disse Al Saud. No novo cenário, a Arábia Saudita pretende ter um papel relevante não apenas regionalmente, mas no mundo.

O país já trabalha com parceiros europeus para desenvolver tecnologia de hidrogênio azul e hidrogênio verde. Para ele, esses esforços conjuntos serão chave para que o mundo possa realmente dar uma resposta efetiva ao desafio das mudanças climáticas.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 29/01/2021*

PETROBRAS VAI FORNECER GÁS NATURAL PARA AS FÁBRICAS DE FERTILIZANTE DE BAHIA E SERGIPE

Por Guilherme Serodio - 29 de janeiro de 2021 - Em Mercado de gás

A TAG anunciou nesta sexta-feira(29) ter firmado um acordo com a Proquigel Química S.A., empresa do Grupo Unigel, para garantir o fornecimento de gás natural para as fábricas de fertilizantes da companhia na Bahia e Sergipe. O acordo, válido a partir de hoje, prevê a entregar de 2,3 milhões de metros cúbicos de gás ao dia para as duas plantas em conjunto.

O gás será fornecido pela Petrobras à Proquigel a partir do campo de Manati, no litoral da Bahia.

O contrato tem prazo de um ano de duração e envolve a atual estrutura de transporte de gás da TAG.

O acordo prevê a entrega do combustível em citygates, nos quais a Proquigel possui acordos com as distribuidoras locais dos dois estados.

A TAG anunciou que a planta de Sergipe será a primeira a receber o combustível, com volume médio diário de 1,1 milhões de m³. A fábrica da Bahia irá receber, em média, 1,2 milhões de m³ por dia a partir de março.

A Proquigel assumiu em agosto do ano passado as duas fábricas de fertilizantes a partir de um contrato de arrendamento da Petrobras para a exploração pelo prazo de 10 anos. O contrato com a Petrobras prevê a possibilidade de renovação por mais 10 anos. A Proquigel prevê que a entrada em operação das duas fábricas vá gerar 1.500 empregos diretos e indiretos nos dois estados.

Em dezembro, a Sergas anunciou o início das obras para a construção do acesso e das bases para implantação de duas estações de medição para o gás a ser fornecido à fábrica do Sergipe. O investimento da distribuidora estadual foi calculado em R\$ 2,78 milhões.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 29/01/2021

MERCADO DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA VAI DESLANCHAR, MAS TRIBUTAÇÃO É EMPECILHO, DIZ DIRETOR DA BYD NO BRASIL

Por - Nayara Machado - 29 de janeiro de 2021 - Em Eólica, Setor elétrico, Solar

A indústria de armazenamento de energia fechou 2020 com 9,4 GWh (gigawatts-hora de potência) de sistemas instalados no mundo. Para 2021, a projeção é alcançar 14,4 GWh, um crescimento de mais de 50% no ano. Entre 2023 e 2025, o crescimento projetado é de 125% ao ano.

As estimativas da consultoria Wood Mackenzie animam fabricantes globais de equipamentos para o mercado de energia como a BYD, que inaugurou uma fábrica em Manaus em 2020 para produção de baterias de lítio para veículos.

A empresa também tem como meta começar a fabricar, ainda este ano, os primeiros sistemas de armazenamento de energia, diz Adalberto Maluf, diretor de Marketing, Sustentabilidade e Novos Negócios da BYD, em entrevista à epbr.

Para o mercado deslançar no Brasil, contudo, é preciso mudar a tributação, diz o executivo.

“O Brasil ainda engatinha em relação ao uso do armazenamento em comparação com o resto do mundo, basicamente por conta da nossa estrutura tributária. O sistema de armazenamento paga mais de 80% de impostos, o que dificulta muito o uso da tecnologia, mesmo com a queda do preço da bateria”, explica.

Adalberto Maluf vê no país um “potencial enorme” para os sistemas de armazenamento, por sua rede integrada e a matriz energética predominantemente renovável, com crescimento da geração eólica e solar.

Além disso, cita que a tecnologia chegou a um ponto de maturação tecnológica que permite diferentes aplicações.

“Primeiramente, a gente tinha baterias mais para regulação de frequência, de voltagem, backups, uso em horários de pico. Mas o que vem crescendo muito no mundo, além da regulação de frequência e da estabilização da rede, é o uso com renováveis”, relata.

Em novembro, a BYD lançou um projeto com a Canadian Solar para instalação de um sistema de armazenamento de 300 MWh em uma usina solar de 100 MW em Kings County, Califórnia.

O uso da bateria faz com que a usina tenha uma capacidade de produção muito maior, porque ela armazena o excedente e depois, quando não há mais sol, consegue expandir o fornecimento de energia.

No caso do projeto da Califórnia, a autonomia é de quatro horas.

“Isso mostra, do ponto de vista técnico, que a tecnologia se consolidou e cresceu muito. A gente não está mais falando de um ou dois projetos pequenos, pesquisa e desenvolvimento, como no caso do Brasil”, comenta.

Segundo o diretor da BYD, o Brasil tem hoje em torno de 6 MWh de bateria de lítio instalada, principalmente em sistemas off grid e sistemas isolados, onde não há muita opção.

Lítio é o novo passaporte para o futuro nas eleições bolivianas – e gás fica em segundo plano. Já os grandes containers estão alocados em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

O primeiro sistema de armazenamento de energia em larga escala do país em uma usina fotovoltaica está instalado em Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Cemig e a Alsol Energia Renováveis, com baterias BYD, tem potência máxima de 1,26 MVA e capacidade de armazenamento de 1,36 MWh.

Tributação e regulamentação

A redução de 90% do custo das baterias nos últimos anos não representou um ganho de escala relevante no Brasil, tanto pela desvalorização do real frente ao dólar, quanto pela questão tributária.

Para Adalberto, a ausência de uma política industrial e de um plano de uso de renováveis com armazenamento, e essa situação tributária deixam a tecnologia quase restrita a projetos pilotos, pesquisa e desenvolvimento.

“Na ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico), a gente fez uma sugestão no projeto de revisão do código elétrico brasileiro do deputado Lafayette, porque tem um artigo que proíbe a inserção da energia do veículo para a rede”, cita.

A expectativa do relator do PL 5829/19, Lafayette Andrada (Republicanos/MG), é que o projeto que cria um novo marco regulatório para a geração distribuída esteja pronto para entrar na pauta da Câmara já em fevereiro.

“É um exemplo de medida que precisa ser atualizada para poder incorporar todas as inovações em andamento no setor elétrico, como o uso do armazenamento residencial, behind the meter, com baterias ou veículos elétricos”, conta.

Outra questão é a falta de regulamentação do Inmetro em relação aos inversores híbridos, que permitem o uso de sistemas de armazenamento em larga escala e eventual inserção de energia na rede.

“Algumas regulamentações da Aneel precisam ser mudadas. Por exemplo, no Brasil, se eu tiver um sistema solar e uma bateria e faltar energia da rede, o sistema é desligado. Isso não precisaria acontecer. A gente tem que criar regulamentações que permitam e incentivem cada vez mais o consumidor a ser autossustentável do ponto de vista energético”, argumenta.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 29/01/2021*



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO QUER QUE VENCEDORAS DE LEILÃO 5G CRIEM REDE DE SEGURANÇA PARA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A portaria a ser publicada não tratará de restrições aos equipamentos da Huawei
Por Jussara Soares e Manoel Ventura



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24860961-6ae-e44/FT1086A/652/xantenas.jpg.pagespeed.ic.2RPqXiwxNE.jpg>

Antenas em São Paulo. Anatel se reúne para votar edital do leilão do 5G Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

BRASÍLIA - O governo Jair Bolsonaro deve publicar em breve uma portaria que estabelece regras mais rígidas a serem cumpridas pelas operadoras vencedoras do leilão da tecnologia 5G.

As prioridades de políticas públicas foram definidas pelo Ministério das Comunicações e vão regular o edital da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a implementação da tecnologia de quinta geração das redes de comunicação móveis.

A expectativa é que os conselheiros da Anatel votem o edital de licitação em reunião extraordinária marcada para segunda-feira.

Entre as exigências para as vencedoras do leilão 5G está a implementação de uma rede privativa de comunicação da administração pública federal.

Segundo uma fonte que participou da elaboração da portaria, as regras mais rígidas foram definidas para dar mais segurança às informações estratégicas do governo, observando padrão internacional de transparência e governança exigidos pelo mercado acionário brasileiro.

A portaria exige que a rede privativa da administração pública seja composta por uma rede móvel, limitada ao Distrito Federal, para atender atividades de segurança pública, defesa, serviço de socorro e emergência e outras atribuições do Estado.

O texto também coloca como regra que as operadoras forneçam à União uma rede fixa para atendimento aos órgãos públicos federais para complementar a estrutura que já existe.

Líder do mercado de tecnologia 5G, a chinesa Huawei é alvo da desconfiança por parte de integrantes do governo que temem a segurança dos dados. A portaria a ser publicada não tratará de restrições aos equipamentos da Huawei.

O texto preparado pela pasta do ministro das Comunicações, Fábio Faria, também exige que as operadoras invistam na estrutura de telecomunicações na região Norte do país.

No ano passado, o governo lançou o programa Norte Conectado para a implementação de fibra ótica em cidades às margens dos rios Negro, Solimões, Madeira, Purus, Juruá e Rio Branco que totalizam cerca de 13 mil quilômetros e alcançam 20 milhões de pessoas

O governo, no entanto, anunciou apenas 650 km da construção da estrutura. Agora, quer a partir do leilão 5G expandir toda a rede de fibra ótica subfluvial começando por Macapá (AP). Atualmente, a internet na região é via rede e implementação da nova tecnologia oferece uma conexão mais veloz.

Leilão entre as operadoras de 5G deve ocorrer no segundo semestre de 2021 Foto: Arquivo

De acordo com uma fonte do governo, após a publicação da portaria, caberá à Anatel estimular no edital os prazos e as metas para que as vencedoras do leilão cumpram as exigências. O Ministério das Comunicações acredita que, apesar da contrapartida exigida das vencedoras, não desestimulará a participação das empresas.

Minuta não prevê bloqueio à Huawei

A Anatel deve aprovar o edital para o leilão na reunião de segunda. O documento, em seguida, será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), antes de ser publicado e o leilão marcado.

A minuta do documento não prevê restrições à Huawei e a nenhuma outra empresa. Mas técnicos da agência afirmam que não estava nos planos do órgão regulador fazer qualquer restrição por meio do edital.

Dentro da agência, o entendimento é que eventuais restrições precisam ser aplicadas pelo Palácio do Planalto ou pelo Ministério das Comunicações.

O leilão é apenas o primeiro passo para a implementação do 5G no Brasil, que ainda dependerá da expansão da infraestrutura das operadoras de telefonia.

Nesse leilão, as teles vão disputar o direito de operar as bandas de frequência nas cidades e começar a oferecer a tecnologia no Brasil. Não há data para a entrada em operação do 5G no país.

O edital vai definir os blocos que serão leiloados, além das obrigações mínimas de investimentos. Com esses dados em mãos, a área técnica da Anatel vai calcular os valores mínimos de investimentos além da arrecadação do governo federal com a licitação.

Mais que uma internet de altíssima velocidade para celulares, a quinta geração de redes móveis de telefonia representará um novo marco para indústria, para agricultura de precisão, na criação de tecnologias para cidades inteligentes, segurança pública e internet das coisas.

Fonte : O Globo - RJ
Data : 29/01/2021

FRANÇA NÃO VAI APROVAR O ACORDO UE-MERCOSUL SEM TER GARANTIA CONTRA O DESMATAMENTO

Ministro francês afirma, no Fórum Econômico Mundial, que vai pressionar bloco europeu por cláusula ambiental em tratados comerciais
O Globo com informações do Valor

BRUXELAS - O ministro encarregado do Comércio Exterior da França, Franck Riester, afirmou nesta sexta-feira, que o governo francês não vai aprovar o acordo entre a União Europeia e o Mercosul sem haver garantias de que as relações comerciais entre os dois blocos não aumentarão o desmatamento.

As declarações foram feitas durante sessão sobre o comércio sustentável, no Fórum Econômico Mundial, que este ano acontece virtualmente.

De acordo com o Valor, Riester insistiu que é importante a União Europeia exigir de seus parceiros metas ambientais mais ambiciosas, que estejam alinhadas aos padrões europeus. E garantiu que a pressão por parte da França vai continuar.

O ministro francês mencionou ainda o plano de combater o chamado "desmatamento importado" - isto é, a compra de produtos ligados à derrubada de florestas -, lembrando que a UE pretende criar uma lei para lutar contra o risco de o aumento das transações comerciais incrementar a importação de desmatamento.

"Esse é o problema que temos com o Mercosul", afirmou Riester, ressaltando, segundo a reportagem do Valor, que estão sendo buscadas soluções para assegurar que o comércio com o bloco sul-americano não aumente o desmatamento importado.

O Valor acrescenta que a França continuará a pressionar a UE para que, no futuro, todos os acordos comerciais tenham cláusulas de respeito ao Acordo de Paris contra mudanças climáticas.

A França quer ainda aumentar o monitoramento do capítulo de desenvolvimento sustentável nos acordos comerciais, apresentando sanções para o caso de os compromissos não serem cumpridos, afirmou o ministro francês.

“Temos que ter a ambição de criar novos padrões que permitam impulsionar globalmente nossos objetivos sustentáveis, em vez de incentivar o oposto”, defendeu o ministro Riester, para quem esta é a única forma de manter uma política econômica aberta e ter coerência com a necessidade de um desenvolvimento sustentável.

Nos últimos anos, a França tem sido mais rigorosa em relação à proteção ambiental em seus acordos comerciais, o que inclui todas as negociações que envolvem a UE.

Para que o acordo do Mercosul com a UE seja aprovado, é preciso que todos os 27 Parlamentos nacionais e regionais aproveem seus termos. O acordo se encontra desde 2019, quando atritos políticos relacionados à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente começaram entre líderes europeus e o governo do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 29/01/2021

CRISE ELIMINA 30% DOS POSTOS DE TRABALHO EM BARES E RESTAURANTES DO RIO

Por Mariana Barbosa



https://s2.glbimg.com/mWD7TmuPDdf3seSsmGgY81IIQwA=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2020/07/20/88882923_rio_de_janeiro_20-07-2020_depois_de_75_anos_de_bons_servicos_prestados_a_boemia_carioc.jpg

Hipódromo no Baixo Gávea | Fabiano Rocha

O Rio de Janeiro perdeu quase 30% dos postos de trabalho em bares e restaurantes durante uma pandemia que levou ao fechamento de milhares de estabelecimentos, de casas tradicionais como

Hipódromo e o Fellini ao bar da esquina.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) compilados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) mostram que o estado tinha 370 mil trabalhadores, formais e informais, no ramo de Alojamento e Alimentação, no terceiro trimestre de 2020. No mesmo período de 2019, esse número era de 513 mil ocupados.

Considerando uma renda média real de R\$ 1.645,00 por mês para esse tipo de atividade, pode-se dizer que a eliminação de 143 mil postos deixou de gerar uma massa de rendimento da ordem de R\$ 2,8 bilhões.

A participação do setor de Alojamento e Alimentação no mercado de trabalho fluminense encolheu 1%, para 5,8%, no mesmo período de comparação.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 29/01/2021

DÓLAR FECHA A R\$ 5,47 E BOLSA CAI 3,2%, MAIOR QUEDA DIÁRIA DESDE OUTUBRO

Moeda americana encerrou janeiro com a maior alta mensal desde março de 2020

O Globo, com agências

RIO E SÃO PAULO — O dólar fechou em alta nesta sexta-feira, puxado pela combinação de ambiente externo avesso a risco e ajustes na comunicação do Banco Central, com o mercado na defensiva às vésperas das eleições para o comando das casas legislativas.

A moeda americana subiu O dólar subiu 0,69%, a 5,4705.

Em janeiro, a moeda saltou 5,53%, maior alta mensal desde março de 2020 (+15,92%), no estouro da pandemia de Covid-19. A valorização ocorreu após dois meses seguidos de perdas: de 2,90% em dezembro e 6,82% em novembro.

A performance da moeda está associada, entre outros motivos, aos juros baixos, que deixam a moeda mais vulnerável a apostas de venda, num contexto de ampla incerteza sobre os rumos da política fiscal.

O mercado considerou que declarações feitas na quinta pelo diretor de Política Econômica do Banco Central, Fabio Kanczuk, e pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, esfriaram apostas em alta breve dos juros, o que acabou golpeando o real já na quinta e também nesta sexta.

Nesta sexta, dados mostraram explosão do déficit primário em 2020 e dívida pública em um recorde perto de 90% do PIB.

"Diante da perspectiva de menor crescimento e das incertezas fiscais, o real deve se manter pressionado neste início de ano", disse o Bradesco em nota na qual rebaixou a perspectiva de expansão do PIB neste ano de 3,9% para 3,6%, citando o agravamento da pandemia.

Ibovespa em queda livre

O Ibovespa fechou em queda de mais de 3% nesta sexta-feira, com um desempenho negativo no acumulado do mês, marcado por recordes, mas também pelo aumento das preocupações com ruídos políticos e riscos fiscais no país, além do avanço alarmante da pandemia de Covid-19 no mundo, apesar das vacinas.

Hoje, o giro financeiro foi de R\$ 26,295 bilhões. Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 3,2%, a 115.079,99 pontos, acumulando queda de 1,96% na semana e declínio de 3,3% em janeiro.

É a maior queda diária desde outubro.

Na avaliação da líder de alocação na BlueTrade Marina Braga, a queda do Ibovespa em janeiro está em parte relacionada a uma realização de lucros, mas há também variáveis corroborando as vendas como números de inflação e crescimento ainda preocupantes e poucas definições em relação à pauta de reformas no Congresso.

O último pregão do mês teve como pano de fundo fortes perdas em Wall Street, na esteira de dados menos animadores sobre a eficácia da vacina contra a Covid-19 da Johnson & Johnson, além de desconforto com a disputa entre 'hedge funds' e investidores de varejo, que adicionou ainda mais volatilidade aos negócios.

A sexta-feira também teve alerta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o risco de manipulação de mercado, um dia após os papéis do IRB Brasil RE dispararem com investidores mostrando intenção de replicar estratégias do caso da GameStop nos Estados Unidos.

Em comunicado, a CVM alerta que a atuação com o objetivo deliberado de influir no funcionamento regular do mercado pode caracterizar ilícitos administrativos e penais.

A Autarquia afirma que tem monitorado os movimentos no mercado e as comunicações nas redes sociais, sendo que, na presença de indícios e conforme exige a lei, "cuidará da instauração do

competente processo administrativo sancionador para a apuração das responsabilidades, bem como comunicação ao Ministério Público para a devida atuação na esfera penal".

Após o alerta generalizado da CVM e também atuação da B3 envolvendo as ações da resseguradora, IRB Brasil RE ON mostrava queda de 5,7% no final do pregão, entre as maiores perdas do Ibovespa na sessão.

Após o movimento de quinta-feira, a B3 decidiu submeter a ação do IRB a leilões durante o dia, com o objetivo de assegurar a continuidade dos preços. E esclarece que, em momentos de volatilidade, o mecanismo de leilão promove uma melhor formação de preços com base em todas as ofertas de compra e venda disponíveis no mercado, resultando em maior proteção aos investidores.

Quaisquer ajustes de procedimentos serão imediatamente comunicados pela B3 aos participantes de mercado.

Uma das únicas altas do Ibovespa foi Braskem PNA, com elevação de 2,4%. Calendário do site de relações com investidores da empresa anuncia teleconferência na segunda-feira relacionada aos eventos geológicos em Maceió (AL).

Lá fora, ritmo de vacinação preocupa

No cenário internacional, a atenção do mercado passava para a disseminação do coronavírus e o ritmo de imunização da população, com os investidores ansiosos pela superação da doença de forma a permitir uma retomada econômica.

"(A) cautela predomina e mercados operam sem direção única nesta sexta-feira. A aversão ao risco ganha força, diante de incertezas com o ritmo de vacinação contra Covid-19", disseram analistas do Bradesco em nota.

Em Nova York, as bolsas recuaram, com o Dow Jones caindo 2,03%, seguido pelo S&P, com perda de 1,93%. Na Bolsa Nasdaq, a queda foi de 2%.

Na Europa, as bolsas também fecharam em forte queda. Na de Londres, o FTSE-100 recuou 1,82%, enquanto aiva 1,54%, enquanto que Paris teve perda de 2,02%. Frankfurt caiu 1,71%.

Os mercados asiáticos tiveram um dia de baixas. Em Tóquio, o índice Nikkei registrou perda de 1,89%, e a Bolsa de Hong Kong fechou em queda de 0,94%. A Bolsa de Seul teve desvalorização de 3,03%.

Na China, as ações registraram perda semanal de mais de 3% nesta sexta-feira, já que as preocupações com as condições de liquidez apertadas afetaram o sentimento, embora tenham registrado ganhos mensais em meio a esperanças crescentes de uma recuperação econômica.

O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, recuou 0,47%, enquanto o índice de Xangai teve queda de 0,63%. Na semana, o CSI300 caiu 3,9%, enquanto o SSEC perdeu 3,4%.

Mas, em janeiro como um todo, o CSI300 saltou 2,7%, enquanto o SSEC subiu 0,3%, já que mais investidores despejaram dinheiro em fundos mútuos do país que investem em ações.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 29/01/2021

CHECK-UP ANTES DO CHECK-IN: EINSTEIN INAUGURA CLÍNICA NO AEROPORTO DE GUARULHOS, O NOVO FILÃO DA SAÚDE PRIVADA

Unidade fará testes de Covid-19 e pode ter similar no Galeão. Na pandemia, hospitais estrelados como Sírio-Libanês e Oswaldo Cruz apostam em serviços em terminais e dentro das empresas

Por Ivan Martinez-Vargas



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24859603-484-e68/FT1086A/652/x87439829_SO-GuarulhosSP09-03-2020-CORONAVIRUSMovimentacao-de-passageiros-into-para-a-Euro.jpg.pagespeed.ic.h7qGIKS0yl.jpg

Movimentação de passageiros no Aeroporto Internacional de Guarulhos, que recebeu nova unidade do hospital Albert Einstein (09/03/2020) Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

SÃO PAULO — O mais recente movimento de diversificação de serviços de grandes organizações privadas da área da saúde foi dado nesta quinta-feira (28) pelo Albert Einstein, com a inauguração da primeira clínica do hospital em um aeroporto, em Guarulhos, na Grande São Paulo. De acordo com especialistas no setor, essa tendência deve se ampliar nos próximos anos e acirrar a competitividade entre as grandes organizações de saúde. Outros grupos do setor, como Sírio-Libanês e Oswaldo Cruz apostam no setor corporativo e preveem ampliar oferta de ambulatórios dentro de empresas.

A nova unidade do Einstein vai realizar o teste RT-PCR para detecção do coronavírus e promete entregar os resultados em no máximo quatro horas. Também oferece vacinas do calendário básico de imunização (como a que previne a febre amarela) e guichês para consultas por telemedicina.

— Na medida em que o deslocamento das pessoas, devido à pandemia, cada vez mais vai exigir a realização de testes negativos para o coronavírus, além de vacinas, vimos a oportunidade de colocar isso à mão de quem vai viajar — afirma o presidente do Albert Einstein, Sidney Klajner.

Segundo o executivo, a unidade é a primeira de uma série. Já há conversas para a instalação de uma clínica similar no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

A clínica em Guarulhos fica localizada no terminal 3 e funciona 24 horas por dia. A capacidade instalada é para realização de 800 exames diários. O investimento para a instalação da unidade foi de R\$ 2,7 milhões, segundo Klajner.

No futuro, de acordo com o executivo, as clínicas poderiam oferecer também vacinas contra o coronavírus, assim que elas estiverem disponíveis no mercado privado.

Expansão no mercado corporativo

O hospital Sírio Libanês, por outro lado, vai investir cerca de R\$ 20 milhões para expandir sua rede de clínicas voltadas para atender o mercado corporativo.

A unidade de negócio, que faz a gestão de serviços de saúde de funcionários de grandes empresas, foi criada em 2018, e hoje é responsável pela atenção a 200 mil pessoas, a maioria na cidade de São Paulo.

— Nossa visão de negócio está direcionada para ser uma organização que investe em serviços de prevenção a doenças e promoção à saúde, com o serviço de ambulatórios, consultas e exames a grandes empresas — afirma Fabio Patrus, diretor de unidades externas e saúde corporativa do Sírio Libanês.

Os contratos são feitos em conjunto com a empresa cliente e a operadora de saúde que presta serviços a ela. Bancos como o Itaú e o Votorantim, além da Unimed Seguros e da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal são alguns clientes dos serviços.

A meta dessa unidade de negócios é crescer 25% neste ano, e gerir o atendimento a um público potencial de 250 mil pessoas até dezembro.

Para isso, o Sírio Libanês vai abrir cinco clínicas voltadas ao público corporativo na Grande São Paulo.

— Teremos uma nova unidade em cada região da cidade. Estamos analisando os bairros nas zonas Sul, Norte, Leste e Oeste, além de uma unidade ou na cidade de São Caetano do Sul ou em São Bernardo do Campo — diz Patrus.

As clínicas são equipadas com ambulatorios, consultórios para realização de consultas presenciais com especialistas, uma equipe multiprofissional e estrutura para atender a emergências de baixa complexidade, além da sala de medicação.

Segundo Patrus, uma das vantagens do serviço oferecido às grandes companhias é o aumento na qualidade do atendimento médico. Como os funcionários têm o histórico acompanhado por médicos de família que costumam desenvolver uma relação com o paciente, a tendência é que as consultas gerem menos pedidos de exames, o que reduz a sinistralidade dos planos médicos.

— A tendência dentro dessas clínicas é a de precisar menos exames. Na nossa rede, a média é de cinco pedidos de exame por consulta, nos ambulatorios corporativos é a metade, os médicos já conhecem os pacientes — diz ele.

O Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em São Paulo, também quer expandir sua oferta de serviços ambulatoriais corporativos.

— Já temos sob gestão 20 mil pacientes em ambulatorios dentro de organizações como a (fabricante de celulose) Klabin e o hospital AC Camargo. Agora criamos uma área de negócios dedicada a esse mercado e queremos ter ambulatorios nas ruas — diz o diretor-executivo, Allan Paiotti.

Segundo ele, a organização prevê ter entre três e cinco clínicas em São Paulo. Podem ser implementadas pelo próprio Oswaldo Cruz ou por meio de parcerias com redes que já possuam clínicas privadas.

— É factível que nossa base de clientes aumente para até 100 mil vidas em um ano. A ideia é ganhar escala — afirma.

Tendência mundial de diversificação

Para Walter Cintra, professor da FGV, os movimentos dos grandes hospitais estão em linha com uma tendência mundial de diversificação de serviços no setor de saúde.

— Os hospitais trabalham hoje com uma diversificação de carteira de serviços para otimizar a capacidade instalada e captar mais clientes. Oferecem exames de diagnóstico, por exemplo. Por outro lado, as operadoras de saúde têm verticalizado e operado seus próprios hospitais — afirma ele.

As estratégias são diversas. O Albert Einstein, por exemplo, é hoje um forte concorrente das redes de laboratórios de medicina diagnóstica, segundo Cintra.

— A unidade de exames de diagnóstico é muito relevantes hoje para a organização. Agora, o hospital também dá essa resposta à pandemia, a questão da medicina do viajante é crescentemente importante, é vantajoso colocar esses serviços de exames e vacinas em aeroportos, faz muito sentido porque muitas vezes o próprio viajante desconhece que ingressar em diversos países precisa estar imunizado contra alguma doença específica — diz Cintra.

Por outro lado, redes laboratoriais como o Fleury também têm diversificado o portfólio, oferecendo o serviço de gestão de saúde a empresas, aponta ele.

— As organizações de saúde tradicionais estão têm mudado para incorporar cada vez mais serviços. A telemedicina é usada por todos, por exemplo — ressalta Cintra.

Para David Kallas, professor do Insper e da faculdade de medicina do Albert Einstein, a diversificação permite o ganho de escala e a otimização dos recursos.

— Quando a organização tem determinado ativo subutilizado, como uma máquina de tomografia, a estratégia de oferecer o serviço de diagnóstico aumenta a demanda e o melhor uso do ativo. Há também a razão de economia de escopo. Há hospitais que subcontratam laboratórios para fazer parte do serviço, e parte importante da receita é perdida. Para alguns, faz sentido ter a estrutura e verticalizar — diz ele.

A atenção integral ao paciente, com o oferecimento de consultas, exames e procedimentos da pequena à alta complexidade, permitem armazenamento de dados e uso mais inteligente das estruturas, segundo o especialista.

— Quando você consegue ter mais informação sobre a vida e o histórico do paciente, ganha muito, porque tem exame que você faria e não precisa fazer, é ganho de eficiência — salienta Kallas.

A tendência é de consolidação de grandes conglomerados do ramo da saúde que ofereçam serviços em várias áreas, de acordo com o especialista. Por outro lado, hospitais de menor porte tendem a perder rentabilidade.

— O eventual risco é de eventualmente, em algumas regiões, haver uma organização monopolista, o que tende a derrubar qualidade dos serviços e aumentar os preços, mas uma boa regulação por parte do poder público pode impor limites a isso.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 29/01/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

FIM DE AÇÕES TRABALHISTAS PERMITE O PAGAMENTO DE R\$ 30 BI EM DÍVIDAS EM 2020

Maior parte do valor total dessas ações respondem por acordos entre empregadores e trabalhadores; montante é semelhante ao verificado em 2019, de R\$ 30,7 bilhões

Por Idiana Tomazelli e Rafael Moraes Moura, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Justiça do Trabalho assegurou o pagamento de mais de R\$ 30 bilhões em dívidas trabalhistas em 2020, sendo a maior parte por meio de execuções ou acordos entre empregadores e trabalhadores.

O volume é semelhante ao verificado em 2019, quando os repasses ficaram em R\$ 30,7 bilhões. “Em momentos de crise sanitária e econômica, é essencial que as pessoas que buscam a Justiça do Trabalho tenham acesso às verbas de direito garantidas judicialmente”, afirma o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Cláudio Brandão, que coordena a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista.

“O recebimento desse recurso, em muitos casos, garante a subsistência e, ainda, estimula diretamente a economia, tão abalada pelos impactos da pandemia”, acrescentou.

No ano passado, foram R\$ 12,6 bilhões em pagamentos oriundos de execuções, valor semelhante ao observado em 2019 (R\$ 12,5 bilhões). Já os acordos entre as partes tiveram uma leve queda de R\$ 14,4 bilhões para R\$ 13,4 bilhões. Houve ainda R\$ 4 bilhões em pagamentos espontâneos no ano passado, mais que os R\$ 3,8 bilhões no período anterior.

Durante o período da pandemia, a Justiça do Trabalho reforçou suas frentes de mediação e conciliação, sobretudo diante da mudança drástica em relações e formas de trabalho para conseguir

se adaptar ao distanciamento social. Milhares de trabalhadores foram para o home office, e houve ainda um período de aumento de demissões. O objetivo do Judiciário era atenuar o eventual aumento de conflitos que poderia surgir numa situação de crise.

Ainda em 2020, também foram encerrados 757.994 processos na fase de execução, que permitiram o pagamento de valores a pessoas que tinham garantido o direito ao recebimento, mas ainda aguardavam o encerramento da ação. Esses recursos foram efetivamente quitados e, segundo a Justiça do Trabalho, ajudaram a movimentar a economia neste período de agravamento da crise econômica.

As cortes trabalhistas também promoveram, entre 30 de novembro e 4 de dezembro, a 10ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista. O objetivo era tentar solucionar processos em fase de execução por meio de conciliações, pesquisa patrimonial, leilões de bens penhorados, entre outras alternativas. O evento contabilizou o valor recorde de R\$ 1,8 bilhão. Desse montante, R\$ 340 milhões foram decorrentes da homologação de mais de 7,5 mil acordos.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 29/01/2021

ANEEL MANTÉM BANDEIRA AMARELA EM FEVEREIRO E CONTA DE LUZ CONTINUA COM TAXA ADICIONAL

Segundo a agência, a combinação de reservatórios baixos, somada a perspectiva de chuvas abaixo da média histórica para o mês, contribuíram para a decisão

Por Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou na noite desta sexta-feira, 29, que vai manter a bandeira amarela acionada em fevereiro. Na prática, as contas de luz seguirão com a cobrança de uma taxa adicional de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatts-hora consumidos (kWh).

A agência reguladora explicou que a bandeira irá permanecer amarela por causa da lenta recuperação de níveis de armazenamento dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo volume de chuvas abaixo do padrão histórico neste período do ano.

"A combinação de reservatórios baixos com a perspectiva de chuvas abaixo da média histórica sinaliza patamar desfavorável de produção de energia pelas hidrelétricas", explicou à agência em nota.

As bandeiras tarifárias foram criadas em 2015 para sinalizar ao consumidor o custo da geração de energia elétrica no País. Na prática, as cores e modalidades – verde, amarela ou vermelha- indicam se haverá ou não cobrança extra nas contas de luz.

No sistema atual, na cor verde, não há cobrança de taxa extra, indicando condições favoráveis de geração de energia no País. Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos.

Já a bandeira vermelha pode ser acionada em dois níveis, dependendo da quantidade de termelétricas acionadas. No primeiro nível, o adicional é de R\$ 4,169 a cada 100 kWh. No segundo nível, a cobrança extra é de R\$ 6,243 a cada 100 kWh.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 29/01/2021

GOVERNO MULTA BRF EM R\$ 5,4 MILHÕES POR EXTRAPOLAR LIMITE DE ÁGUA EM ALIMENTOS

Empresa extrapolou o limite legal de 6% de água em carcaça de frango congelado e também vinha comercializando produtos destinados à alimentação humana em conflito com as normas

Por Luci Ribeiro, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, aplicou multa de R\$ 5,4 milhões à empresa BRF por violação ao Código de Defesa do Consumidor. Segundo o Departamento, a BRF foi condenada por ter extrapolado o limite de água permitido no congelamento de alimentos e por ter violado o direito de informação e transparência do consumidor.

O despacho com a punição está publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 29. O valor da multa, precisamente de R\$ 5.382.585,00, deverá ser depositado em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

De acordo com a secretária nacional do Consumidor, Juliana Domingues, a condenação é um desdobramento de processo administrativo instaurado pelo DPDC para apurar violações constatadas por uma fiscalização do Ministério da Agricultura durante a Operação Carne Fraca, ocorrida em meados do ano de 2017.

"A análise técnica do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor apontou não apenas violação da boa-fé objetiva, mas do direito à informação e à transparência, que é uma obrigação do fornecedor para os consumidores. Isso porque a utilização de água em quantidade maior do que o limite que é tolerado para congelamento dos produtos faz com que a empresa entre em desacordo com a nossa legislação, inclusive colocando em risco a saúde e a segurança do consumidor", reforçou a secretária.

Segundo o processo, a BRF extrapolou o limite de água permitido pela legislação vigente, que é de 6% de água em carcaça de frango congelado, e vinha comercializando produtos destinados à alimentação humana (frango inteiro) em conflito com as normas aplicáveis.

O coordenador-geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do DPDC, Leonardo Marques, disse que o caso apresentou "materialidade robusta" ao evidenciar a conduta apurada como uma prática que vai além de um mero ato isolado, merecendo a aplicação da penalidade.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/1/1597448819619.jpg>

Segundo o processo, a BRF extrapolou o limite de água permitido pela legislação vigente, que é de 6% de água em carcaça de frango congelado. Foto: Nilton Fukuda/Estadão - 28/11/2019

Procurada pela reportagem, a BRF disse que recebeu com surpresa a decisão da Senacon e irá recorrer da decisão, já que refuta qualquer alegação de risco à saúde. "A companhia reforça que atende aos mais rigorosos processos de segurança alimentar e controle de qualidade em todas as suas

operações no mundo e baseia sua gestão nos compromissos fundamentais com a Segurança, Qualidade e Integridade."

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 29/01/2021

PRESERVAR O TETO É ESSENCIAL PARA CREDIBILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS, DIZ DIRETOR DO FMI

Para Vitor Gaspar, Brasil precisa pensar em consolidação fiscal já no médio prazo e promover mudanças estruturais para equilibrar as contas públicas; ele também aponta a importância da imunização para a retomada da economia

Por Ricardo Leopoldo, Correspondente, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Vitor Gaspar, diretor do departamento de Assuntos Fiscais do FMI

NOVA YORK - A previsão de crescimento do Brasil de 3,6% para 2021, realizada pelo Fundo Monetário Internacional, pressupõe que o teto de gastos será respeitado pelo governo neste ano, comenta em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast Vitor Gaspar, diretor do departamento de Assuntos Fiscais do FMI.

"O teto de gastos é uma âncora importante da arquitetura fiscal do Brasil e preservá-lo é essencial para a confiança e credibilidade do arcabouço das contas públicas do País", destaca Gaspar. "Caso ocorram pressões mais fortes do que o esperado sobre a economia pela covid-19, nossa avaliação é de que as autoridades devem estar prontas para responder com agilidade, o que vale para o Brasil, mas também para todo o mundo."

De acordo com Gaspar, o Brasil precisará pensar em consolidação fiscal de médio prazo. "Para viabilizar esta estratégia é importante analisar o orçamento de uma forma ampla, de tal forma que torne efetiva a recuperação econômica."

Ele apontou que as mudanças estruturais devem se basear em quatro pilares: reduzir rigidez do orçamento, racionalizar programas sociais que já existem, aprimorar o arcabouço das contas públicas subnacionais e implementar a reforma tributária. O diretor do FMI ressalta ainda ser necessário acelerar a vacinação contra o coronavírus em todos os países, pois é ela que viabilizará o controle da pandemia e tornará mais rápida a recuperação econômica. Veja os principais trechos da entrevista:



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/4/1603108899641.jpg>

O diretor do departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Vitor Gaspar. Foto: Michel Spilotro/FMI

O senhor acredita que o governo brasileiro respeitará o teto de gastos em 2021?

O teto de gastos é uma âncora importante da arquitetura fiscal do Brasil e preservá-lo é essencial para a confiança e a credibilidade do arcabouço das contas públicas do país. Ao mesmo tempo, a pandemia do covid-19 não tem precedentes e justificou em todo o mundo a mais forte e rápida resposta fiscal da história. Neste contexto, em

2020, as autoridades brasileiras declararam estado de calamidade pública por causa da pandemia e adotaram o que ficou conhecido como 'orçamento de guerra', que permitiu a separação das despesas relativas à covid-19 do orçamento tradicional do governo. Esta ação foi apropriada dada a urgência, o tamanho e a dinâmica dos efeitos provocados pelo coronavírus. Nossas projeções apontam que em 2020 ocorreu forte elevação da dívida pública, mas temos a previsão de que ela deverá baixar em 2021 e deve ter uma trajetória relativamente estável no médio prazo.

Devido à importância do teto de gastos no Brasil, nossa avaliação é de que as autoridades do país querem preservar seu papel de âncora das contas públicas em 2021 e vão querer respeitá-lo neste ano. Caso ocorram pressões mais fortes do que o esperado sobre a economia pela covid-19, nossa avaliação é de que as autoridades devem estar prontas para responder com agilidade, o que é verdadeiro para o Brasil, mas também em todo o mundo.

Dentro da previsão do FMI para o crescimento do Brasil de 3,6% neste ano está pressuposto o cumprimento do teto de gastos em 2021?

Sim, exatamente.

Quanto será negativo para a economia e as perspectivas fiscais do País se o governo não cumprir o teto de gastos neste ano?

Vemos esta questão como o equilíbrio entre dois objetivos: um deles é assegurar a sustentabilidade da dívida pública e controlar os riscos às finanças do governo. Por outro lado, há a necessidade de apoiar o sustento de famílias e das empresas que foram duramente atingidas pela pandemia. O importante é o Brasil navegar de forma segura durante a transição para um novo modelo de crescimento mais resiliente e inclusivo. A administração deste trade-off é importante. A ancoragem do papel do teto de gastos é reconhecida, mas, ao mesmo tempo, para conseguir apoiar a população e a economia sob elevadas incertezas, as autoridades precisam estar prontas para reagir com agilidade para prover ajuda caso seja necessário se as condições econômicas estiverem menos favoráveis.

Quanto será importante para a recuperação da economia que o governo acelere a vacinação da população contra o coronavírus?

Esta é uma questão relevante para o Brasil e para o mundo. Vacinação é um bem público, porque a covid-19 não estará definitivamente sob controle em qualquer lugar se não for dominada em todos os lugares. Quanto mais cedo o coronavírus for controlado, mais cedo a economia se recuperará e trabalhadores, famílias e firmas terão condições de se manter sem a ajuda do governo. A sustentabilidade das contas públicas e o avanço do crescimento inclusivo dependem da vacinação e do controle do covid-19.

Há muitas incertezas no Brasil sobre o avanço da vacinação pelo governo. Em qual magnitude a lentidão deste processo prejudicará a economia no curto prazo?

Em meio à pandemia, há muitas incertezas, pois já surgiram novas variantes do vírus, inclusive no Brasil. Em relação às vacinas, ainda estamos aprendendo muito sobre a eficácia, embora estejamos no processo de vencer a covid-19.

Mas o senhor, como diretor do FMI, está cético ou confiante de que a campanha de vacinação no Brasil vai acelerar?

Eu acredito que acelerar o processo de vacinação é importante no Brasil como é em todos os países.

Como o senhor avalia as perspectivas de aprovação pelo Congresso de reformas no Brasil neste ano, especialmente a tributária?

O Brasil precisará pensar em consolidação fiscal de médio prazo. Para viabilizar esta estratégia é importante analisar o orçamento de uma forma ampla, de tal forma que torne efetiva a recuperação econômica. As reformas devem se basear em quatro pilares: reduzir rigidez do orçamento, racionalizar programas sociais que já existem, aprimorar o arcabouço das contas públicas subnacionais e implementar a reforma tributária.

A reforma do sistema tributário no Brasil pode ajudar a reduzir a alocação inadequada de recursos públicos e privados, melhorar o ambiente de negócios e fortalecer a administração de receitas oficiais. Os incentivos fiscais no País são muito importantes, alcançam quase 5% do PIB, e são distorcivos, desiguais e tornam o sistema tributário nacional extremamente complexo. O sistema tributário pode tornar-se mais eficiente, mais amigável ao crescimento e ser mais progressivo. É necessário harmonizar os regimes tributários federal e subnacionais que são fragmentados e permitir alguma unificação na administração de tributos. O imposto de renda poderia ser revisto e tornar-se mais progressivo.

O senhor acredita que o governo pode avançar reformas fiscais neste ano?

Eu não sei, mas a reforma do sistema tributário é muito importante e é um dos elementos fundamentais para a estratégia fiscal de médio prazo do Brasil.

A melhora de previsão de crescimento do País em 2021 pelo FMI foi o principal fator que levou o Fundo a reduzir para este ano as projeções como proporção do PIB para a dívida pública bruta, de 102,8% para 92,1%, e para o déficit nominal, de 6,5% para 5,9%?

Três fatores colaboraram para as previsões para estes dois indicadores para 2021. Um deles foi que ocorreu alguma melhora na perspectiva do resultado primário com um desempenho acima do esperado de receitas, dado que a retração do nível de atividade no ano passado foi menor do que o previsto. Aconteceu também uma revisão das séries temporais para o PIB pelo IBGE, o que gerou

uma nova base para as contas nacionais. Também foi importante a revisão para a cima das projeções de crescimento do Brasil pelo FMI de 2,8% para 3,6% em 2021.

Como o senhor avalia as perspectivas econômicas para o Brasil neste ano?

O comentário que se aplica para o Brasil é adequado também para todas as partes do mundo. O coronavírus tornou as ações das autoridades extremamente difíceis, com foco para responder a impactos econômicos que não têm precedentes e que estão atuando em um ambiente repleto de incertezas. Esta é a razão pela qual muitas organizações, como o FMI, não publicam apenas uma projeção, mas também cenários alternativos. Neste momento, devemos oferecer apoio e solidariedade para aqueles que são mais vulneráveis à pandemia e estar prontos para atuar de forma cooperativa.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 29/01/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

EUA EM NOVA CÚPULA DO CLIMA, DIZ CASA BRANCA

A porta-voz da Casa Branca ainda afirmou que é muito cedo para dizer como serão as discussões climáticas com o Brasil, que devem ser lideradas por John Kerry

Por Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/7GDlcwzBjB_YvHaoj-3CRsdePPA=/0x0:1024x683/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/z/X/ltduART4qnAJVlKLfLQ/ap21028712789159.jpg](https://s2.glbimg.com/7GDlcwzBjB_YvHaoj-3CRsdePPA=/0x0:1024x683/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/z/X/ltduART4qnAJVlKLfLQ/ap21028712789159.jpg)

Foto : Evan Vucci/AP

A porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, disse nesta quinta-feira (28) que o Brasil será um “parceiro-chave” para os Estados Unidos na nova cúpula do clima anunciada ontem pelo presidente americano, Joe Biden.

Questionada sobre o alerta feito por Biden durante a campanha eleitoral de que o Brasil poderia sofrer “consequências econômicas” caso não cuidasse da Amazônia, Psaki citou o novo evento convocado pelo democrata e disse que o governo americano quer ter o Brasil como um parceiro.

“Anunciamos ontem que vamos fazer uma cúpula do clima nos próximos meses. Esta é uma grande prioridade para o presidente Biden”, disse Psaki. “O Brasil será um parceiro-chave nisso.”

A porta-voz da Casa Branca ainda afirmou que é muito cedo para dizer como serão as discussões climáticas com o Brasil, que devem ser lideradas por John Kerry, ex-secretário de Estado, agora nomeado como enviado especial do governo americano para o clima.

Biden anunciou na quarta (27), ao lançar um pacote de medidas contra o aquecimento global, a convocação de uma cúpula global sobre o clima no próximo dia 22 de abril, data em que é celebrado o Dia da Terra.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 29/01/2021

GREVE DOS CAMINHONEIROS NO DIA 1º DE FEVEREIRO DEVE ACONTECER COM CATEGORIA DIVIDIDA

Ao acompanhar grupos de WhatsApp dos motoristas, percebe-se que a greve não é consenso e que o presidente ainda tem muita força na categoria

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

Apesar do apelo do presidente Jair Bolsonaro para que os caminhoneiros não façam greve no próximo dia 1º de fevereiro, é quase certo que algumas paralisações vão acontecer diante do apoio de várias entidades e sindicato do setor.

No entanto, ao acompanhar grupos de WhatsApp dos motoristas, percebe-se que a greve não é consenso e que o presidente ainda tem muita força na categoria. “Isso é sindicalista, é PT, querendo pôr os caminhoneiros em brigas deles”, comenta um motorista do Oeste da Bahia.

Outro mais ferrenho defensor de Bolsonaro, de Itapira (SP), escreve: “chamar nosso presidente de vagabundo e usar nossa categoria para dizer que tudo é culpa dele é pesado. Desculpe, eu estava a favor da paralisação por conta dos preços dos combustíveis e das peças dos caminhões, mas jogar a culpa no presidente, eu não vou apoiar. Deixo de apoiar a greve aqui.”

Ontem, o presidente pediu aos motoristas que adiem a greve e afirmou que o governo estuda alternativas para diminuir o PIS/Cofins e assim reduzir o preço do diesel, mas que a solução não é fácil.

Um reajuste de 4,4% no preço médio do diesel nas refinarias na terça-feira aumentou ainda mais as movimentações para uma paralisação de caminhoneiros. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL), filiada à CUT, o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC) e o Sindicato das Indústrias de Petróleo apoiam o movimento.

Wallace Landim, conhecido como Chorão, e um dos líderes da paralisação em maio de 2018, também. Ele alega que Bolsonaro não cumpriu as promessas de campanha e por isso agora ele defende uma paralisação. Chorão é presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 29/01/2021

RODOVIAS E GOVERNO PAULISTA VIVEM NOVO EMBATE

Setor privado vê com preocupação a paralisação e a interferência política na Artesp

Por Taís Hirata — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/93SV1H1USDXg9L3cN8q4Inj1CUk=/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/0/R/w09KUSQNuLKYcgEv1nA/foto29emp-111-subartesp-b2.jpg](https://s2.glbimg.com/93SV1H1USDXg9L3cN8q4Inj1CUk=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/0/R/w09KUSQNuLKYcgEv1nA/foto29emp-111-subartesp-b2.jpg)

Mauro Costa, secretário estadual: “Não há essa discussão. Não há a possibilidade de reequilíbrio por queda de tráfego. O tráfego é risco do concessionário” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O governo de São Paulo está perto de inaugurar mais uma disputa bilionária com o setor de rodovias. De um lado, as companhias pedem um ressarcimento pelas perdas provocadas pela pandemia – apenas entre março e junho, no auge do isolamento social, as concessionárias calculam uma perda de R\$ 850 milhões nas rodovias paulistas. De outro, o governo afirma que não

reconhecerá o direito a um reequilíbrio, segundo disse, ao Valor, o secretário Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo Costa.

“Não há essa discussão, não está colocada. Não há a possibilidade de reequilíbrio por queda de tráfego.

O impacto da pandemia deverá ser mais uma das muitas controvérsias pendentes entre concessionárias e Estado. Hoje, a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), responsável pela regulação das concessões, tem um enorme estoque de pendências com o setor. Algumas delas aguardam uma solução há quase dez anos, e muitas estão judicializadas. A situação tem levado a uma deterioração do ambiente regulatório em São Paulo, avaliam executivos e assessores do setor privado, que falaram sob condição de anonimato.

A percepção é que a agência tem sofrido com a interferência política do governo e com uma forte paralisia na tomada de decisões.

Por um lado, a gestão Doria tem buscado destravar problemas do passado, o que as empresas apoiam. Por outro, causa preocupação a intervenção na agência reguladora, cujas decisões devem ser técnicas e independentes. Questionado sobre o tema, Mauro Ricardo negou a interferência e diz que participa de negociações, mas respeita a autonomia do órgão.

No caso referente à pandemia, porém, a percepção é que a Artesp não avançou no tema até agora por orientação do governo.

Pendências regulatórias

Concessionárias cobram Artesp por reequilíbrio de contratos

Alguns casos em aberto

■ Aditivos de 2006

Em 2006, o governo paulista firmou aditivos com 12 concessionárias, para compensar o aumento de gastos com recolhimento de tributos. Em 2012, porém, a gestão do então governador **Geraldo Alckmin** decidiu anular o acordo vigente com base em uma auditoria que apontou que o reequilíbrio havia sido inflado. Desde então, as empresas travam uma disputa judicial com a Artesp

■ Eixo suspenso

Em 2018, na paralisação dos caminhoneiros, o governo paulista decidiu **suspender a cobrança de tarifa de pedágio** dos caminhoneiros que trafegarem com o eixo suspenso (o que ocorre, em tese, quando as carretas estão vazias). Já na época o governo garantiu que a isenção seria motivo de ressarcimento às concessionárias, o que não foi feito até hoje

■ Pandemia

Uma nova discussão irá se acumular na Artesp: o reequilíbrio pelos impactos provocados pela covid-19, que provocou uma queda brusca na movimentação das estradas. Apenas entre março e junho, o rombo estimado nas estradas de SP é de R\$ 850 milhões. A análise dos pleitos das concessionárias não começou, e o governo agora afirma que não deverá reconhecer o direito a ressarcimento

[https://s2.glbimg.com/K-idOakXDzL5d7i4chF5nRY8CcQ=/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/U/D/Uc5kblRBAfSrqFXSBAmA/arte29emp-101-artesp-b2.jpg](https://s2.glbimg.com/K-idOakXDzL5d7i4chF5nRY8CcQ=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/U/D/Uc5kblRBAfSrqFXSBAmA/arte29emp-101-artesp-b2.jpg)

Em maio do ano passado, a própria agência chegou a fazer um aditivo contratual com uma concessionária da gestora Pátria (a Eixo SP), reconhecendo que a pandemia é um caso de força maior – o que dá direito a um ressarcimento. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) também emitiu um relatório reconhecendo a questão. Ao ser questionado pela reportagem sobre os documentos, o secretário disse que desconhece o assunto. Perguntado sobre pareceres do governo federal, que também reconheceram o direito a reequilíbrio, ele afirmou que “aqui é governo

estadual, não federal”.

O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Marco Aurélio Barcelos, diz que até agora a sinalização do governo paulista foi positiva. “Continuamos com a expectativa de que a questão, como vem sendo feito com outros governos, será equacionada.”

O problema da influência política na Artesp não é novo. Quem atua há anos no setor diz que a relação tem altos e baixos. Um dos pontos mais baixos foi o ano de 2012, quando o governo decidiu cancelar aditivos contratuais que haviam sido firmados em 2006. À época, o estado calculou um

ganho indevido de R\$ 2 bilhões pelas companhias. A decisão gerou uma onda de judicialização que se arrasta até hoje.

Outro caso emblemático foi a suspensão de pedágios para caminhões que trafegam com eixo suspenso. A isenção foi concedida em junho de 2018, sob promessa de reequilíbrio dos contratos, o que não foi feito. À época, o setor estimou um impacto anual de R\$ 700 milhões.

A percepção é que a interferência política voltou a dar sinais a partir de junho de 2020, após a chegada de Mauro Ricardo Costa à gestão. Além da missão de fazer um ajuste fiscal do Estado, ele passou a conduzir as negociações com as concessionárias de rodovias, ao lado de PGE e Artesp.

O secretário afirma que a Artesp terá liberdade para decidir sobre os reequilíbrios. No caso das negociações sobre disputas judicializadas, ele ressalta que não se trata mais de uma decisão apenas da agência. “Estamos buscando, em vez de delegar ao Judiciário a decisão, tentar construir um consenso”, diz. Além disso, ele destaca que o governo também tem reivindicações e cobra valores das companhias.

No caso dos reequilíbrios judicializados nos últimos anos, há aqueles no setor privado que de fato defendem a intervenção do governo. Na visão de fonte que acompanha o tema, o governo está só tentando resolver questões que, por anos, a agência não conseguiu resolver sozinha. Para outros, porém, a crescente influência, nesse e em outros temas, é preocupante.

Um dos fatores que reforçou o incômodo do setor foi a indicação de Milton Persoli para a diretoria-geral da Artesp, em junho. Ele atuava como secretário-adjunto na pasta de Logística e Transporte, e a nomeação foi vista como mais política que técnica.

Outro sinal de alerta ocorreu em julho, quando a diretoria da Artesp voltou atrás em uma decisão sobre um reequilíbrio da Ecorodovias. Primeiro, foi concedido um ressarcimento à empresa, no valor de R\$ 1,6 bilhão. Dias depois, o órgão revogou a decisão após queixa do governo. Segundo Mauro Ricardo, neste caso, houve um erro processual por parte da Artesp, já que o Estado não fora ouvido antes da decisão.

Meses depois, veio à tona a reforma administrativa do governo estadual. No texto, foi incluída uma cláusula que reduzia a autonomia da Artesp, o que foi visto como um recado do governo. O artigo em questão definia que qualquer decisão da agência com impacto orçamentário (como reequilíbrios) deveria ter aval do governo. Após a reação negativa, o texto foi alterado: pela lei, as decisões não requerem aval do governo, apenas notificação prévia para que possa se manifestar.

O secretário diz que a ideia do projeto sempre foi fortalecer a agência, mas, nesse artigo específico, o objetivo era garantir que o governo seja ouvido antes das deliberações, tal como as concessionárias têm direito a uma defesa.

Para uma pessoa próxima à Artesp, um fator decisivo será a troca de dois diretores, cujos mandatos acabaram em dezembro – uma delas, Renata Dantas, era vista como uma defensora da autonomia do órgão.

Para Barcelos, há uma expectativa forte em relação às nomeações, que o setor espera que sejam técnicas. Segundo o secretário, as indicações serão feitas até fevereiro, e serão técnicas.

A autonomia das agências reguladoras não é uma preocupação recente, afirma Luis Eduardo Serra Netto, do Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados. “Os órgãos foram criados nos anos 1990 para serem autônomos, mas nos últimos dez anos houve uma perda de independência, e em São Paulo não foi diferente. A visão é que não há autonomia nas decisões”, diz.

A avaliação de Letícia Queiroz de Andrade, sócia do Queiroz Maluf Advogados, é que as prerrogativas de cada ente precisam ser respeitadas. Por exemplo, no caso dos reequilíbrios, o governo já tem o poder de decidir como serão aplicados os ressarcimentos (se por pagamento,

reajuste tarifário ou prorrogação contratual). “O problema é quando as partes ultrapassam suas prerrogativas.”

Procurada, a Secretaria de Logística e Transportes diz que “tem uma relação essencialmente técnica com a Artesp”. A agência afirmou que, por ser responsável por fiscalizar contratos entre poder concedente e setor privado, “deve atentar aos regramentos e auxiliar as partes em impasses, subsidiando com informações técnicas, históricos e relatórios”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 29/01/2021

PAULO GUEDES CANCELA PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

O ministro da Economia participaria do painel “Consertando o sistema de comércio internacional”

Por Lu Aiko Otta e Estevão Taiar, Valor — Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, cancelou, no início da tarde desta sexta-feira (29), sua participação na reunião do Fórum Econômico Mundial.

Ele participaria do painel “Consertando o sistema de comércio internacional”, junto com o CEO da Merck, Stefan Oschmann, a secretária de Estado para Comércio Internacional do Reino Unido, Elizabeth Truss, e a ministra de Comércio Exterior da Holanda, Sigrid Kaag.

A informação sobre o cancelamento da participação de Guedes foi dada, no início da transmissão do evento, pelo moderador do painel.

Segundo a assessoria de imprensa do ministro, ele cancelou sua participação na reunião do Fórum Econômico Mundial “para resolver assuntos internos”. Não foram divulgados mais detalhes sobre isso.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 29/01/2021

ANGLO AMERICAN INVESTE PARA ELEVAR PRODUTIVIDADE EM MINÉRIO

Nova tecnologia permite recuperar ferro “perdido” nos rejeitos do beneficiamento

Por Ana Paula Machado — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/jQLZda4Hkh_qj7HW4QhXru7ulRc=/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/v/B/efxIEPSf2FBP2KV337LA/foto29emp-101-anglo-b3.jpg](https://s2.glbimg.com/jQLZda4Hkh_qj7HW4QhXru7ulRc=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/v/B/efxIEPSf2FBP2KV337LA/foto29emp-101-anglo-b3.jpg)

Wilfred Bruijn, presidente da companhia, diz que estimativa de produção de minério de ferro para este ano é entre 24 milhões a 26 milhões de toneladas — Foto: Leo Drumond/Nitro

A Anglo American deve aumentar a produtividade do sistema Minas-Rio em 2022. Segundo o presidente da subsidiária brasileira, Wilfred Bruijn, a companhia vai investir entre US\$ 25 milhões a US\$ 30 milhões em uma nova tecnologia para aproveitar parte do minério que fica nos rejeitos do beneficiamento. Com isso, a mineradora poderá aumentar em 700 mil toneladas a 800 mil toneladas por ano em Conceição do Mato Dentro (MG).

A Anglo American opera o sistema Minas-Rio que conta com uma mina e uma unidade de beneficiamento e em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, e um mineroduto de 529 quilômetros de extensão que vai até o Porto de Açu, no Rio de Janeiro.

“O nosso objetivo é chegar à capacidade do projeto Minas-Rio, que é de 26,5 milhões de toneladas por ano, com muita tranquilidade e responsabilidade, testando cada tonelada para ver se tem

sustentabilidade ou não. Por isso, neste ano, vamos começar a operar uma tecnologia de separação magnética de finos”, disse o executivo.

Segundo ele, essa nova unidade será instalada no fim deste ano e a operação deverá ser em 2022. “Tivemos um sinal verde da companhia para o investimento que aumenta a nossa produtividade e alivia a nossa barragem, pois diminui o volume de rejeito que será enviado ao depósito. É um ganha a ganha em termos de produtividade e retardamento do alteamento da barragem”, disse o executivo ressaltando que, desse rejeito, o minério que é aproveitado tem teor de 30% a 40% de ferro.

No ano passado, a companhia produziu 24 milhões de toneladas de minério de ferro no sistema Minas-Rio. Esse volume representou alta de 4% em relação ao produzido em 2019. Para 2021 a expectativa é a produção de volume entre 24 milhões de toneladas a 26 milhões de toneladas de minério de ferro.

“A China é um grande mercado e deverá puxar a demanda por minério de ferro neste ano. Mas, no nosso caso, enviamos nosso produto para vários países, como Japão, Coreia do Sul, Europa e Oriente Médio”, disse Brujin.

Segundo ele, no caso do Oriente Médio, a Anglo American tem um contrato com um cliente no Bahrein, cujo volume é progressivo. Em 2019, foram enviados 3 milhões de toneladas, em 2020 outros 5 milhões de toneladas e neste ano serão 8 milhões de toneladas.

No quarto trimestre do ano passado, a mineradora produziu 6,46 milhões de toneladas de minério de ferro, alta de 5% em relação ao volume de outubro a dezembro de 2019.

No Brasil, a Anglo American também opera mina e unidades de beneficiamento de níquel nas cidades de Barro Alto e Niquelândia, ambas em Goiás. Nessa operação, a companhia também está investindo outros US\$ 30 milhões em um projeto piloto para ampliar a capacidade de beneficiamento do níquel. Segundo Brujin, a unidade de níquel já opera muito próxima da capacidade de produção e tem pouca margem para aumento significativo de volume.

A capacidade de produção de ferro-níquel da Anglo American em Goiás é de 44 mil toneladas por ano, nas duas unidades de beneficiamento. O ferro-níquel é usado na produção de aço inox. “Com essa inovação, que é uma nova rota processual, podemos ter um incremento de 7 mil toneladas a 8 mil toneladas por ano. Estamos implantando essa tecnologia na unidade de Barro Alto e, se tudo der certo, vamos adotar em Niquelândia. O projeto pode ser implantado em 2022”, disse o executivo.

No ano passado, a mineradora produziu 43,5 mil toneladas de ferro-níquel, aumento de 2% no comparativo com 2019. Para este ano, a expectativa, segundo o executivo, é produção de 42 mil toneladas a 43 mil toneladas. “Se chegarmos a 44 mil toneladas, será um grande feito.”

No quarto trimestre do ano passado, a produção do metal foi de 11,7 mil toneladas, estável ante o mesmo trimestre de 2019. “Produzimos ferro-níquel e os cliente pagam pelo níquel contido. O preço no ano passado caiu muito no início da pandemia, mas voltou com força e terminou o ano em US\$ 17 mil a tonelada, US\$ 5 mil a mais do que o início de 2020”, ressaltou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 29/01/2021



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

PORTO DO PECÉM: ESCANEAMENTO DE CARGAS CRESCE 30% E APREENSÃO DE DROGAS AUMENTA 114 %, EM 2020

por Redação, seguranca@svm.com.br

Equipamento coíbe tráfico de drogas e sonegação fiscal. Trabalho é realizado em conjunto pelo Complexo do Pecém, Receita Federal e Polícia Federal



[https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contid/policy:1.3038783:1611706102/Porto-do-Pecem.jpg?f=16x9&h=720&q=0.8&w=1280&\\$p\\$f\\$h\\$q\\$w=d3ddb22](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contid/policy:1.3038783:1611706102/Porto-do-Pecem.jpg?f=16x9&h=720&q=0.8&w=1280&pfhq$w=d3ddb22)

Legenda: Porto do Pecém utiliza escâner para coibir crimes, desde 2013. Equipamento escaneia todos os contêineres - Foto: Divulgação

O Porto do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), intensificou o escaneamento de cargas, que cresceu 30% no ano de 2020. Uma das consequências foi o aumento da apreensão de drogas, na ordem de 114%, segundo dados da Receita Federal.

O número de cargas escaneadas cresceu de 42.037 (sendo 37.056 secas e 4.981 refrigeradas), em 2019, para 54.462 (44.802 secas e 9.660 refrigeradas), no ano passado, de acordo o Complexo do Pecém. Isso significa que, em 2020, o equipamento realizou uma média de 4.538 escaneamentos por mês ou 149 por dia. Mas o mesmo tem capacidade de realizar até 60 inspeções por hora.

"Nós temos esse escâner desde 2013. E temos como diretriz que 100% dos contêineres de importação e exportação são escaneados. Ano passado, como a gente cresceu 11% na movimentação de contêineres, a gente tem escaneado cada vez mais. Isso dá segurança tanto para o Porto do Pecém como para a Receita Federal", explica o presidente do Complexo do Pecém, Danilo Serpa.

O trabalho é feito em conjunto. O Porto dispõe do escâner e a Receita Federal é responsável por analisar as imagens e fiscalizar as cargas. "A Receita Federal pode, através dessas imagens do escâner, avaliar a carga, se tem alguma sonegação fiscal ou algum ilícito, como droga. Dá segurança à operação", completa Serpa. Se for verificado algum ilícito, a Polícia Federal (PF) realiza a apreensão e inicia a investigação.

Sobre as imagens obtidas pelo equipamento, o presidente do Complexo afirma que "o escâner pega tudo. O contêiner que vem com bateria, por exemplo, é para estar todo com a mesma imagem. Se tiver um cabo, uma ferramenta que ficou por engano na hora que foi embarcado, ele dá a diferença na imagem. Quem tem acesso exclusivo a essas imagens é a Receita Federal", explica.

Apreensões

As apreensões de drogas cresceram mais ainda, 114,6%, saltando de 330 kg de cocaína em 2019 para 708,4 kg do mesmo entorpecente, em 2020. As apreensões se deram em apenas três ocorrências, sendo duas no ano passado e uma no ano anterior.

A última localização de droga no Porto do Pecém ocorreu em 23 de novembro de 2020. A PF e a Receita Federal apreenderam um total de 361,6 kg de cocaína, distribuídos nos cascos de três navios. Pelo menos uma embarcação passou por Rio de Janeiro e São Paulo e tinha como destino a Europa. Ninguém foi preso.

Duas semanas antes, no dia 11, três funcionários de uma empresa que presta serviços terceirizados para o Porto do Pecém foram presos por participação no embarque de 346,8 kg de cocaína. Dois deles eram sócios da empresa.

Segundo as investigações da Polícia Federal, o trio capturado no dia 11 também está ligado à apreensão de 330 kg de cocaína, realizada no Porto do Pecém em 16 de agosto de 2019. A droga estava acondicionada em dez mochilas, escondida em um carregamento de mel, e seria transportada para a Bélgica.

O escâner presente no pátio do Porto do Pecém ainda é utilizado pelas polícias rodoviárias Federal (PRF) e Estadual (PRE), para visualizar a presença de ilícitos, dentro de veículos suspeitos, abordados nas rodovias cearenses.

"Em março de 2019, a PRF interceptou uma caminhonete na BR-222 e em seguida trouxe o veículo para ser escaneado no Porto do Pecém. Após o escaneamento foi verificada a presença de material entorpecente no tanque de combustível do veículo. Na época, o motorista foi preso em flagrante por tráfico de drogas e encaminhado à sede da Polícia Federal, em Fortaleza. Em abril e novembro do ano passado, a PRF escoltou outros dois veículos para o escaneamento conosco, mas nas duas ocorrências não foi detectada a presença de entorpecentes", lembra o gerente de Segurança Patrimonial do Complexo do Pecém, Nicolau dos Santos.

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data : 27/01/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MINFRA DEVE ABRIR EDITAL PARA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO AINDA ESTE ANO

Por *Dérika Virgulino* PORTOS E LOGÍSTICA 28 Janeiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/150911-porto-sao-sebastiao-aerea-divuglacao-cdss.jpg.JPG>

O cronograma será mantido para os Portos de Santos e Itajaí, previsto para serem leiloados em 2022.

O Ministério da Infraestrutura decidiu separar o processo de desestatização dos Portos de Santos e São Sebastião para adiantar o leilão deste último. A ideia é poder abrir o edital e realizar leilão do porto ainda este ano. O cronograma

permanece o mesmo para Santos e o Porto de Itajaí (SC) já previstos para serem licitados em 2022. A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) será a primeira a ser leiloadada. A previsão é que o certame ocorra no segundo semestre de 2021.

A informação foi dada pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, durante Webinar Retrospectivas e Perspectivas para 2021, realizado pela Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), nesta quinta-feira (28). Na ocasião o secretário destacou ainda que para 2021 será realizado o maior número de arrendamentos portuários da história. A previsão é que 20 leilões de áreas aconteçam até final do ano, com cerca de R\$ 3,5 bilhões de investimentos. Em 2020 foram realizado oito leilões com um total de investimento na ordem de R\$ 2,5 bilhões. Entre 2021 e 2022 serão investidos no setor portuário R\$ 23 bilhões.

O secretário destacou que a pasta vem buscando também melhorar o desempenho das funções dos órgãos envolvidos no setor portuário por meio de um maior alinhamento de perspectivas. Segundo ele, foi esse alinhando com o Tribunal de Contas da União (TCU) que possibilitou o grande número de licitações de áreas nos portos. "2021 será o ano para virar a página sobre possíveis problemas com os órgãos atuantes na atividade portuária. Queremos estar alinhados para buscar um modelo que atraia mais investimentos privados", disse Piloni.

De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, também presente ao evento, a agência já vem implantando o que ele chamou de regulação responsiva. Isso significa fazer o direcionamento da fiscalização àqueles mais propensos a não cumprir com as regras de compliance, entre outros. Ele disse que embora aperfeiçoamento sempre

faça parte do trabalho da agência, a ideia será sempre encorajar o bom comportamento e não recriminar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/01/2021

ROAD SHOW APRESENTA PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DA CODESA A POTENCIAIS INVESTIDORES E SETOR PRODUTIVO

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 29 Janeiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/150707-porto-de-vitoria.jpg>

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, o setor produtivo e investidores vêm demonstrando apoio e interesse no projeto, além de apresentarem sugestões.

O projeto de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) está na fase das consultas públicas. O período para o recebimento de sugestões da comunidade portuária, bem como de toda a sociedade está aberto desde 28 de dezembro e se encerra em 10 de fevereiro deste ano.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura o objetivo da consulta é obter contribuições, subsídios e sugestões de aprimoramento dos documentos dos estudos que já estão disponibilizados. Adicionalmente será realizada, em quatro de fevereiro a Audiência Pública para fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre os documentos disponíveis.

O modelo de desestatização foi elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com base em estudos de modelagem. Foi considerado mais adequado o modelo de concessão, com a alienação da Codesa para o ente privado por um período de 35 anos de concessão.

Ao mesmo tempo em que se realiza a consulta pública considerada formal pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), está sendo feito um Road Show, eventos que reúnem o setor produtivo e potenciais investidores para apresentar o projeto de desestatização da Codesa. Nessas ocasiões, estão sendo debatidas observações e sugestões para enriquecer a modelagem do projeto.

Os encontros dos Road Shows são promovidos pelo BNDES e conta com a participação de representantes do ministério, Codesa, além dos potenciais investidores interessados. De acordo com a pasta é possível observar grande interesse e apoio do setor produtivo ao projeto de desestatização apresentado.

Conforme afirmou o ministério ainda, o projeto vem recebendo muitas sugestões. Mas destaca que serão consideradas válidas apenas as contribuições formalmente realizadas no âmbito do processo de consulta e da Audiência Pública, que vem sendo conduzida pela Antaq. Após o encerramento dessa etapa, todas as sugestões serão analisadas pela equipe do BNDES responsável pelo projeto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/01/2021



MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006